

Mobilização, Participação e Educação Popular



Realização

UFB
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

PRÁXIS
Núcleo de Ensino, Pesquisa e
Extensão em saberes e práticas
na Assistência Social

SUAS
Sistema Único de Assistência Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL,
SEGURANÇA ALIMENTAR
E CIDADANIA



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergiacoração

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte

Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Rosilene Cristina Rocha

Subsecretário de Assistência Social
José Ferreira da Crus

Diretor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social Lúcio Luiz Tolentino

Gerente de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente do SUAS-BH
Carlos Eduardo Firmino

Diretor de Proteção Social Especial do Suas-BH
Marcel Belarmino de Souza

Diretora de Proteção Social Básica do Suas-BH
Mariana Bernardo de Brito

Diretora de Relação com os Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça
Daniele Souza Carmona

Diretora Regional de Assistência Social Barreiro
Ângela Maria de Souza de Oliveira

Diretora Regional de Assistência Social Centro Sul
Mara Rúbia de Sousa Albano Félix

Diretor Regional de Assistência Social Leste
Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

Diretor Regional de Assistência Social Nordeste
Célio Augusto Raydan Rocha

Diretora Regional de Assistência Social Noroeste
Alessandra de Souza Figueiredo

Diretora Regional de Assistência Social Norte
Soraia Pereira de Souza

Diretora Regional de Assistência Social Oeste
Maria Angélica Barros Menezes

Diretora Regional de Assistência Social Pampulha
Cláudia de Melo Machado de Melo

Diretor Regional de Assistência Social Venda Nova
Edson Pereira de Sousa

Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social (UFRB)

Coordenadoras | Luane Neves Santos e Inayara Oliveira de Santana

Colaboradoras | Eleonora Schettini Martins Cunha, Evelin Fonseca Sales, Márcia Mansur Saadallah e Quitéria Rodrigues Costa

Coordenação editorial | Tikinet

Projeto Gráfico | Lucas Lima

Capa | Lucas Lima

Revisão | Michelle Oshiro

Diagramação | Lucas Lima

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

P923 Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. Mobilização, participação e educação popular / PBH-SMASAC; UFRB-PRÁXIS. – Belo Horizonte, 2023. (Controle Social e Educação Popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH) – Caderno 3)
E-Book: PDF; 126 p.; IL.

ISBN 978-65-87080-61-1.

1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas. 3. Gestão Social. 4. Política de Assistência Social. 5. Sistema Único de Assistência Social. 6. Direitos Sociais. 7. Participação Social. 8. Mobilização Social. 9. Educação Popular. 10. Belo Horizonte. 11. Gestão Municipal do SUAS. I. Título. II. Série. III. Mobilização e participação: desafios para a política de assistência social. IV. Educação popular e sua importância para a mobilização, a participação e o controle social no SUAS. V. Relatos de experiências. VI. Teatro Mobs: Teatro de mobilização social da PBH. VII. Teatro Mobs: Esquete "O nome dela". VIII. Os impasses políticos e de interesses coletivos na construção do Fórum de Usuários da Assistência Social de Belo Horizonte. IX. O Fórum Municipal de Trabalhadoras do SUAS e a participação social na política de assistência social de Belo Horizonte. X. O Fórum das Organizações da Sociedade Civil no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (FOSC/SUAS-BH). XI. Estratégias de comunicação como ferramenta para o fortalecimento democrático e participativo dos usuários e demais segmentos na 15ª Conferência de Assistência Social de BH. XII. Articulando a Vila: uma experiência do trabalho social com famílias e comunidade no CRAS. XIII. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte. XIV. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. XV. Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. XVI. Controle Social e Educação Popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH).

CDU 316

CDD 306

*À Simone Aparecida Albuquerque,
Que sua determinação e sua luta para
combater as injustiças e a desigualdade
social sigam nos inspirando para a cons-
trução de uma sociedade mais igualitária
e um SUAS cada vez mais forte.*

Caderno III

Mobilização, Participação e Educação Popular

Belo Horizonte, 2023.

Sumário

Apresentação.....	6
Prefácio	8
Capítulo 1 – Mobilização e participação: desafios para a política de assistência social.....	12
Capítulo 2 – Educação popular e sua importância para a mobilização, a participação e o controle social no SUAS.....	36
Relatos de Experiências	63
1. Teatro Mobs: Teatro de mobilização social da PBH.....	64
2. Teatro Mobs: Esquete “O nome dela”	71
3. Os impasses políticos e de interesses coletivos na construção do Fórum de Usuários da Assistência Social de Belo Horizonte.....	76
4. O Fórum Municipal de Trabalhadoras do SUAS e a participação social na política de assistência social de Belo Horizonte	84
5. O Fórum das organizações da sociedade civil (FOSC/SUAS-BH) no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte-MG	96
6. Estratégias de comunicação como ferramenta para o fortalecimento democrático e participativo dos usuários e demais segmentos na 15ª Conferência de Assistência Social de BH.....	102
7. Articulando a Vila: uma experiência do trabalho social com famílias e comunidade no CRAS.....	112

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a coletânea de cadernos que versam sobre o Controle Social e Educação popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH). Ela está organizada em três volumes com as seguintes temáticas: *Caderno I – Controle Social e o SUAS-BH*; *Caderno II – A Participação e a Representação no SUAS-BH*; e *Caderno III – Mobilização, Participação e Educação Popular*.

O objetivo que converge nos três volumes é possibilitar uma melhor compreensão das relações entre direitos socioassistenciais, participação social, representação e representatividade, controle social e educação popular. Os conteúdos dos cadernos possibilitarão reflexões essenciais para o fortalecimento da gestão democrática e participativa no SUAS-BH. Para isto, conta com textos teóricos, em linguagem acessível, associados a relatos de experiências de agentes públicos que colaboraram com a instituição e fortalecimento do controle social em Belo Horizonte – usuárias(os), trabalhadoras(es), representantes de entidades e organizações de Assistência Social e gestoras(es).

Na conformação do SUAS/BH, os espaços privilegiados onde se efetivam a participação social são no Conselho Municipal e nos Conselhos Regionais de Assistência Social (CMAS e CORAS), nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e nas conferências municipais, além de outras instâncias em que a participação social ocorre de maneira efetiva no processo de controle social.

Tendo como referência o arcabouço legal e normativo, que sustenta a concepção da Política Pública e do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, esta coletânea

atende ao compromisso assumido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), por meio da Subsecretaria de Assistência Social (SUASS), junto ao CMAS-BH.

A formulação dos cadernos se deu de maneira participativa, sob coordenação da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS-BH, vinculada à Diretoria de Gestão do SUAS-BH (DGAS), por meio de parceria desenvolvida com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A publicação desta coletânea demonstra o esforço da gestão municipal, em conjunto com o CMAS-BH, na ampliação e na qualificação do diálogo entre governo e sociedade civil, que também representa o fortalecimento da democracia participativa em Belo Horizonte.

José Crus

Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social,
Segurança Alimentar e Cidadania

Prefácio

Como tirar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do papel e torná-lo realidade na vida de todas as pessoas que necessitam de proteção socioassistencial? Essa é uma questão importantíssima, pois sabemos que muitas pessoas tiveram suas vidas transformadas ao acessarem os serviços, benefícios e programas da assistência social. E essa conquista de dignidade e autonomia poderia se estender a muitas outras, não alcançadas muitas vezes porque desconhecem seus direitos, ou mesmo porque não entendem muito bem como a assistência social se organiza e quais ofertas ela dispõe. Além disso, ainda há pessoas que não sabem que podem fazer parte da construção dessa política, propondo ações, acompanhando sua realização, avaliando seus resultados, e isso por meio da participação em organizações da sociedade civil, como associações, movimentos sociais, coletivos, dentre outros, mas também pelos espaços institucionalizados no poder público, como os conselhos e as conferências de assistência social!

Sabemos que participar é um desafio! Envolve diferentes motivações, tem custos (de tempo, de deslocamento, de recursos etc.), demanda algum conhecimento sobre os temas e os meios de participar, convoca as pessoas a formarem juízos de valor sobre a realidade que vivenciam em comparação com aquela na qual gostariam de viver, impõe a escolha de diferentes modos de agir conforme os objetivos pretendidos. Enfim, participar é um processo que tira as pessoas de uma posição de apatia para uma posição proativa.

Este Caderno compõe uma trilogia cujo objetivo é contribuir com esse processo, apresentando informações e conhecimentos que podem ser utilizados nas suas reflexões e nas ações de mobilização, participação, representação e de controle social do SUAS. Ele foi elaborado a muitas mãos: equipe da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP) da Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, equipe do Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), conselheiras(os) do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), trabalhadoras(es) do SUAS de Belo Horizonte (governo e entidades) e usuárias(os).

Foram realizadas várias reuniões entre as equipes da GGTEP e do Práxis/UFRB para pensar e repensar a proposta original e adequá-la às demandas e necessidades das(os) conselheiras(os) e usuárias(os), que se manifestaram por meio de consultas on-line (formulários) e presencialmente, na reunião da Comissão de Apoio a CORAS e CLAS do CMAS-BH (em 27 de abril de 2023) e na reunião das(os) representantes da sociedade civil no conselho (em 25 de maio de 2023). Nesse percurso, decidimos elaborar três cadernos, cada um deles com ênfase num tema mais abrangente: 1) Controle Social e o SUAS-BH; 2) A participação e a representação no SUAS-BH; 3) Mobilização, participação e educação popular.

Cada caderno contém capítulos que tratam do tema central, apresentando conhecimentos e informações que podem contribuir com as reflexões necessárias para a construção de um SUAS mais inclusivo, mais próximo de quem necessita e mais participativo. Contém também relatos de experiências produzidos a partir de uma chamada pública

feita pela GGTEP – Roda de Experiências do SUAS-BH, convidando trabalhadoras(es), conselheiras(os) e gestoras(es) a sistematizarem suas práticas. A riqueza dos relatos mostra tanto a capacidade de inovação quanto o compromisso e o esforço de “tirar o SUAS do papel”. Imaginamos quantas outras experiências, ainda não sistematizadas, podem se somar a essas!

No âmbito da UFRB, a iniciativa foi efetivada por meio do projeto de extensão “Educação Permanente no SUAS: aprimoramento do exercício do controle social e fomento à participação popular”. Tal projeto tem na educação popular seu eixo epistemológico, teórico e metodológico, e inclui, além da confecção dos cadernos, a oferta de uma capacitação de atualização com carga horária de 40 horas para 200 atores do controle social no SUAS-BH, por meio de Círculos Virtuais, em alusão aos Círculos de Cultura propostos por Paulo Freire.

Em 2023, a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS) completa dez anos e compreendemos a necessidade de avançar em uma Educação Permanente no SUAS construída a partir da educação popular. Nesse sentido, esta coletânea de cadernos é fruto de um trabalho realizado com base em muito diálogo e respeito às identidades, trajetórias e contribuições que cada uma/um trouxe consigo. Uma experiência formativa permeada por desafios, mas também muito empenho coletivo para contribuir de maneira inventiva e criativa, por meio de uma ponte entre o nordeste e o sudeste, com o SUAS que queremos para o Brasil.

Nós te convidamos a ler esse Caderno com os sentimentos de esperança e de confiança na sua capacidade de agir e transformar a realidade em que vive. Afinal, como

Paulo Freire nos lembra, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Eleonora Schettini Martins Cunha

Evelin Fonseca Sales

Inayara Oliveira de Santana

Luane Neves Santos

Márcia Mansur Saadallah

Quitéria Rodrigues Costa

Equipe Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e
Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social
(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)



Capítulo 1

Capítulo 1 – Mobilização e participação: desafios para a política de assistência social

Eleonora Schettini M. Cunha¹

Você já viu ou mesmo vivenciou a experiência de estar numa manifestação que busca chamar a atenção da sociedade e do governo para uma situação problema, como o preço das passagens de ônibus? Ou já assinou um abaixo-assinado para que a prefeitura fizesse alguma melhoria na sua rua ou seu bairro? Sabia que essas experiências são formas de mobilização social e de participação política?

O que acha de refletir um pouco sobre essas duas formas de ação? Vamos começar com a mobilização social.

Antes de tudo, é bom compreender **o que significa mobilizar!**

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas ou uma comunidade “decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (Toro; Werneck, 2007, p. 5).



¹ Assistente social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cientista política formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG.

Portanto, a mobilização ocorre quando as pessoas, os grupos ou as comunidades² percebem que há um conjunto de situações que dizem respeito não só à coletividade, à vida em comum e a cada uma(um) delas(es), mas também a um conjunto maior. Além disso, também percebem que só a ação conjunta e a colaboração, baseadas no respeito à diversidade, podem gerar mudanças ou soluções que sejam boas para esse coletivo.

Sabe de outra coisa importante? Nos processos de mobilização são construídos os interesses de forma coletiva, a partir das experiências, sentimentos e desejos compartilhados entre quem se mobiliza. Assim, as visões e os sentimentos que antes eram vividos individualmente, passam a ser compartilhados e até mesmo ganham novos sentidos e significados.

E por que é importante mobilizar? Você sabe?

Primeiro, porque a mobilização social possibilita reunir quem tem os mesmos desejos, se sente responsável e capaz de produzir mudanças nas situações-problema e, para isso, gostaria de tomar decisões e realizar ações para que esses objetivos se realizem.

Em segundo lugar, porque a mobilização social é muito importante para a democracia! Democracias dependem de cidadãs(ãos) engajadas(os) e comprometidas(os) com a sociedade em que vivem, com seu futuro, tendo a consciência da capacidade de transformação que todas as pessoas

² “Comunidades” dizem respeito tanto às coletividades que vivem em um mesmo território, por exemplo, Comunidade do Córrego do Onça, quanto àquelas que se vinculam de outros modos, como a comunidade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, travestis, queers, intersexuais, assexuadas, pansexuais, pessoas não binárias e demais possibilidades de identidade de gênero e de orientação sexual (LGBTQIAPN+).

têm em si. Essas pessoas se empenham na construção e no aperfeiçoamento da democracia, acreditam na forma democrática de conviver e são capazes de criar as leis que vão orientar sua convivência e aperfeiçoar a vida em comum. E por que isso importa? Porque democracias devem orientar-se de modo que todas as pessoas possam usufruir daquilo que é necessário para uma vida digna.

Em terceiro lugar, porque a mobilização social é parte essencial do exercício da cidadania, especialmente nas democracias participativas, que buscam ampliar as possibilidades e os espaços de participação cidadã. A cidadania é uma construção diária, um exercício cotidiano de garantia de direitos (civis, como o direito à opinião; sociais, como o direito à educação; e políticos, como o direito a participar das eleições) e depende do engajamento das pessoas, dos grupos e das organizações nas decisões e ações que dizem respeito à vida em comum.

A importância da mobilização para a realização dos direitos de cada cidadã(ão) e para a democracia leva à lembrança de quais são os **objetivos fundamentais** que devem orientar as ações dos governos e da sociedade em relação ao desenvolvimento e à forma de convivência que devemos construir, e que estão estabelecidos na Constituição Federal do Brasil.

Art. 3º. Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. Garantir o desenvolvimento nacional;
- III. Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



E como a mobilização acontece?

A mobilização pode ser iniciada por pessoas, grupos ou instituições que decidem compartilhar um imaginário (algumas ideias sobre a situação que vivenciam e, principalmente, sobre o que desejam para o futuro) e reunir esforços para alcançá-lo.

A mobilização exige um esforço contínuo, precisa ser realimentada, buscando somar esforços de novas pessoas, grupos e organizações. É comum que os processos de mobilização social alternem momentos de calma (ou latência) e de visibilidade. Isso significa que há momentos em que as pessoas envolvidas estão mais voltadas para si, dialogam internamente, procurando entender melhor a situação-problema que as uniu, e buscam construir uma explicação para o propósito que as orienta.

Esse momento de latência possibilita o que é chamado de problematização, ou seja, o compartilhamento das experiências e das percepções sobre a situação-problema que afeta a todas(os) para que ela seja compreendida a partir dos saberes de cada uma(um) e, com isso, as ideias possam ser facilmente comunicadas. Para isso, é importante que quem participa da mobilização esteja aberta(o) a entender o ponto de vista das demais pessoas, pois cada uma tem sua própria história de vida, viveu a situação de forma própria, passou de forma diferente por ela e tem seu próprio aprendizado a partir disso.

Portanto, o diálogo é o meio que possibilita que as diferentes visões sejam compartilhadas, reconhecidas, levadas em conta na construção de um entendimento comum quanto à situação-problema e às possíveis ações para superá-la. Essas trocas contribuem para construir

argumentos que possam ser levados muito além daquele próprio grupo que está em mobilização, podendo ser comunicados e facilmente entendidos pelos demais membros da comunidade ou da sociedade.

Além disso, no processo de problematização, é possível que sejam construídos laços, vínculos entre quem participa, baseados na percepção de que há valores que são compartilhados, de que a cooperação pode construir soluções, de que a ação importa para que cada uma(um) possa contribuir para alcançar os resultados que são pretendidos.

Quando ocorre esse engajamento coletivo, as pessoas se sentem corresponsáveis e comprometidas com a ação. Como a mobilização é dinâmica, é necessário realimentar e manter esses vínculos dos sujeitos entre si e entre eles e a causa que defendem, assim como é importante compreender que as pessoas, grupos, organizações podem se engajar em níveis e formas de cooperação diferentes. Todas(os) são importantes!

Você percebeu como a comunicação é importante na problematização? Ela possibilita que uma situação-problema seja mais bem conhecida e melhor compreendida, além de contribuir para a criação de vínculos entre as pessoas que estão mobilizadas.

Mas quais são os momentos de visibilidade? Ah! São aqueles em que se comunica à sociedade os motivos, o posicionamento e os objetivos da mobilização. É quando se colocam em público, em circulação, as ideias e os discursos que foram construídos e amadurecidos conjuntamente nos momentos de latência, de problematização. Isso demanda a coordenação de ações que envolvem todas(os) aquelas(es) que criaram vínculos e se sentem corresponsáveis na busca das soluções para a situação-problema que as(os) reuniu.

Figura 1 – Momentos de latência e de visibilidade



Fonte: Elaboração própria.

E por que algumas pessoas se mobilizam e outras não? Nas democracias, as pessoas são livres para fazer várias escolhas, entre elas a de se envolver com processos de mobilização. Seria muito bom se todo mundo tivesse essa preocupação, mas sabemos que isso não acontece. Portanto, a decisão de participar da mobilização é uma escolha de cada pessoa, grupo ou organização que passa a ter a certeza da relevância da situação-problema, de como ela é importante e de que sua participação poderá contribuir para encontrar soluções que beneficiarão a todas(os).

E como conquistar uma maior adesão à mobilização, aumentar o número de pessoas, grupos e organizações? É bom lembrar que a mobilização acontece no dia a dia, é contínua, e para que ela ocorra a comunicação é essencial. Portanto, mobilização e comunicação andam juntas!

A mobilização social depende de processos comunicacionais, seja nos momentos de latência, seja naqueles de visibilidade! É preciso comunicar ideias, informações, visões de mundo, discursos... Por isso, é importante conhecer as características de quem se pretende mobilizar, e utilizar a criatividade e os elementos da cultura local: as práticas culturais mais usuais, a forma de expressão, os meios mais usados para comunicação, pessoas e grupos que já atuam nos territórios e que produzem material audiovisual (jornais comunitários, rádios comunitárias, blogs, sites etc.). Também

é importante buscar o engajamento de grupos que tradicionalmente já atuam na comunidade, como associações, grupos folclóricos/artísticos, clubes, igrejas, pois são parceiros que cooperam na produção e veiculação de conteúdos que contribuem para a mobilização, potencializando toda a capacidade existente nos territórios.

Atenção!

Mobilizar não é manipular! A mobilização não pode ser autoritária nem imposta, mas deve ser baseada na autonomia dos sujeitos!



Mobilização estimula e possibilita a participação e a organização das pessoas e dos grupos que têm em comum ideias, interesses (econômicos, políticos, ideológicos, dentre outros), desejos, demandas, projetos. Agora que você já tem algumas informações sobre mobilização social, o que acha de refletir um pouco sobre participação?

Mas o que é participação, especialmente a participação política?

Participar é ser parte, fazer parte ativamente de processos sociais, comunitários e políticos que buscam organizar os interesses coletivos, promover o exercício da cidadania e influenciar as decisões que dizem respeito a toda a sociedade.



Nem todo mundo deseja ou consegue participar de todos os espaços e possibilidades que existem. Então, o que leva as pessoas a participarem? Podem ser vários os motivos...

Às vezes, elas já vivenciaram situações em que sentiram que seus direitos foram desrespeitados, comprometendo sua condição de cidadã(ão); outras vezes estão insatisfeitas com a forma como a sociedade e os governos as percebem e tratam e estão em busca de reconhecimento; há, ainda, situações em que as desigualdades (racial, de gênero, de renda, dentre outras) chegam a um nível insuportável... Essas pessoas e grupos se mobilizam e criam espaços sociais (como associações, grupos, coletivos etc.) e passam a participar mais ativamente da vida social e política.

Além disso, há pessoas que se interessam mais pelas atividades políticas tradicionais e se organizam para ocupar espaços de poder, como a Câmara de Vereadores ou a Assembleia Legislativa ou governos. Em comum, essas pessoas percebem que sua presença nesses espaços e momentos políticos pode fazer a diferença.

Portanto, vários fatores podem levar as pessoas a decidirem participar!

“Participação é um ato de liberdade”
(Toro; Werneck, 2007, p. 6).



Uma coisa é certa: quanto mais uma pessoa participa, mais ela adquire capacidades para participar – conhecimentos, habilidades, consciência do seu potencial, dentre outras. Você já é uma(um) cidadã(ão) que participa ativamente? Você já percebeu se isso também ocorre com você?

E quando pensamos nos tipos de participação, as possibilidades de engajamento vão se ampliando... Isso porque existem as formas convencionais, como a participação eleitoral e em organizações sociais e políticas, e as formas não convencionais, como protestos e manifestações. Ambas as

formas são importantes e se complementam! Pense que elas incluem desde discutir política com outras pessoas, assinar um abaixo-assinado, estar presente em manifestações públicas, integrar um partido político até participar de reuniões em que se tomam decisões políticas ou mesmo ocupar cargos públicos. Tudo isso e muito mais é participação política!

Você deve ter percebido que essas formas diferentes de participação vão exigir das pessoas graus de envolvimento variados. É menos custoso, em termos de tempo e recursos, assinar um abaixo-assinado do que integrar uma manifestação ou um partido político. Além disso, quando as pessoas decidem se engajar numa participação mais ativa, pode ser interessante começar nos espaços em que vivem, como nos grêmios escolares, nas associações de moradores, nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS), nos conselhos das unidades básicas de saúde ou dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O Brasil ampliou bastante as possibilidades de participação política quando criou instituições participativas, como os conselhos e as conferências de políticas públicas, nas quais se discutem e se decidem os objetivos, as prioridades e as principais questões em relação à política pública, como na assistência social.

Você imagina por que a participação é importante?

“A participação é um valor democrático”
(Toro; Werneck, 2007, p. 19).



Pois é, as democracias são construídas com base na participação política, e esta participação é uma medida para verificar a qualidade deste regime político. Quanto mais participação política, melhor é considerada a democracia! Além

disso, para que a condição de cidadã(ão) seja considerada completa, a participação política deve ser resguardada e incentivada. Uma democracia viva demanda participação ativa das(os) cidadãs(ãos)!

Também é bom lembrar que a democracia é mais do que um regime político: é um modo de vida baseado em valores, principalmente a liberdade e a igualdade. Por isso é importante incluir todas as pessoas que convivem numa sociedade e compartilham, em distintas posições, dos processos produtivos, econômicos, políticos, culturais e sociais que organizam a vida em comum. Isso garante que as diferentes ideias e os diversos interesses sejam considerados nas decisões que são tomadas e que os conflitos que existem possam ser expressos, discutidos e solucionados sempre que possível.

Outro aspecto importante da participação é que, por meio dela, criam-se vínculos entre pessoas, grupos e comunidades em torno de um objetivo ou um projeto que é comum a todas(os). Ela também pode incentivar a solidariedade, pois possibilita ter acesso a informações e conhecimentos sobre quais são as questões que comprometem a realização dos objetivos previstos no art. 3º da Constituição Federal, quais soluções são possíveis, qual o papel de cada instituição e dos atores da sociedade etc. Além disso, aprende-se a pensar e agir de forma coletiva e compartilham-se responsabilidades.

Nem tudo são flores...

Depois de refletir sobre o que é participação e sua importância, em vários aspectos, é necessário refletir também sobre os fatores que interferem e mesmo dificultam o engajamento e a participação política.

Um primeiro fator está relacionado aos recursos (tempo, informação, conhecimentos, financeiros...) que estão envolvidos nos processos de participação. Geralmente, quem detém mais recursos também tende a participar mais. Num país tão desigual quanto o Brasil isso é importante! Pense naquelas pessoas que têm que dedicar um tempo muito grande ao seu trabalho (o que inclui longos deslocamentos, muitas horas de atividades, inclusive horas-extras), geralmente precário (como as atividades intensas, que exigem esforço físico e são má remuneradas), e à sua sobrevivência, restando muito pouco ou mesmo nenhum tempo para adquirir informações, construir conhecimento e mesmo participar efetivamente da vida pública.

Outro fator está relacionado à nossa experiência histórica e à cultura participativa. Nosso país se organizou, ao longo dos séculos, de uma forma hierárquica e assimétrica³ em que poucas pessoas (geralmente quem também têm mais recursos econômicos) exerciam o poder político e mandavam e muitas pessoas que se submetiam a esse poder e obedeciam (geralmente quem vive do seu trabalho, a maioria muito pobre e/ou escravizada). Isso fortaleceu uma cultura de troca de favores (baseada no apadrinhamento ou patronagem e no clientelismo) e o sentimento de que nada vai mudar. Essas relações assimétricas e a persistência da desigualdade também gerou uma percepção de subcidadania para aquelas pessoas que nunca participaram da vida em sociedade de forma digna, elas não se percebem como cidadãs(ãos) que possuem direitos. Somam-se a isso as várias ocasiões em que a tentativa de participação política (como protestos, greves e a busca por influenciar

³ Hierárquica se refere a relações em que prevalecem o mando e a obediência (lembra-se do ditado “manda quem pode e obedece quem tem juízo”?) e assimétrica porque se sustentam em desigualdades de vários tipos, como as de gênero, de raça, de classe social, dentre outras.

mudanças nas leis) gerou forte reação da própria sociedade e dos governos, que usaram da coerção e da força para encerrar movimentos e inibir organizações.

É possível mudar isso? Algumas tentativas têm sido feitas por governos e mostram que mudanças são possíveis. Lembra-se do Orçamento Participativo (OP)? As experiências mostraram que a forma como o OP foi planejado viabilizava a participação, reduzindo várias das assimetrias (tempo, informação, conhecimento etc.), e isso contribuiu para que as pessoas tomassem consciência das situações-problema da cidade, pensassem soluções e, acima de tudo, tomassem consciência da sua condição de cidadã(ão).

Isso faz lembrar a importância da educação para a política, que envolve conhecimentos e informações que tratam da vida em comum, do papel das instituições e das(os) cidadãs(ãos), de como é a distribuição e a redistribuição dos recursos que a sociedade fornece ao Estado (por meio da arrecadação de tributos, por exemplo), de como é exercido o poder e por quem, como se organiza a sociedade e quais as consequências disso para os diferentes grupos sociais... Enfim, informações e conhecimentos que são adquiridos nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas casas e em vários outros ambientes sociais nos quais há diversidade e respeito às diferenças. Espaços que valorizam e educam para a vida democrática.

Um ponto importante para refletir: muitas vezes, governos convocam cidadãs(ãos) para participar, seja porque há leis que estabelecem que isso deva ocorrer, seja porque desejam se aproximar da população. Nesses casos, muita atenção deve ser dada à forma como essa participação ocorre: ela tanto pode servir como um meio de dar legitimidade ao governo, como estratégia de manipulação e

cooptação, ou ser uma genuína vontade de compartilhar decisões e ações. E isso tem tudo a ver com o **projeto político** do governo!

Projeto político é o conjunto de ideias, interesses e formas de interpretar o mundo e de pensar como deve ser a vida em sociedade. Eles incluem a forma como o Estado deve relacionar-se com a sociedade, como deve ser a participação e o exercício da cidadania, qual o papel da sociedade civil, o que é a política e quem dela participa, dentre outras ideias. Os projetos políticos orientam a ação política dos atores sociais e políticos (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006).



Você percebeu como a comunicação é importante para a mobilização e a participação?

De um lado, a comunicação possibilita o diálogo entre as pessoas, a expressão de cada uma delas sobre os problemas e as possíveis soluções, e, com isso, elas podem criar o sentido de corresponsabilidade, ou seja, da responsabilidade compartilhada. Por outro lado, a comunicação torna possível dar visibilidade à situação-problema e às possíveis soluções formuladas no processo de mobilização e de participação.

Vivemos um tempo de muitas e intensas mudanças nos meios e nas maneiras de nos comunicarmos, com várias formas de produzir e circular informações e intensas interações por meio das redes sociais. Por isso, a comunicação adquire ainda mais relevância. E alguns desafios estão sendo colocados para os processos de mobilização e de participação. Um deles é a necessidade de se produzir

informações qualificadas, que não podem ser confundidas com informações de caráter técnico.

A **informação qualificada** “informa e orienta de modo prático, [permitindo] aos sujeitos saber o que fazer e como se posicionar dentro de movimento/projeto” (Henriques, 2005, p. 10).



Portanto, informações técnicas devem ser traduzidas para uma linguagem que as transformem em informação qualificada.

Outro desafio é tornar a comunicação uma estratégia de mobilização e de participação, já que é um elemento central para esses processos. Algumas questões podem ajudar a planejar a comunicação: Quais os objetivos da comunicação? Quais públicos serão mobilizados? Quais meios de comunicação serão utilizados? Como fazer para que um número maior de pessoas tenha acesso, considerando as desigualdades que marcam nossa sociedade? Há símbolos/imagens que devem constar em todas as comunicações? Quais conteúdos serão comunicados? Como esses conteúdos serão preparados (textos, banners, imagens, áudios etc.)? Quem ficará responsável por organizar as comunicações e distribuí-las? Como será a divulgação, a circulação das informações?

A comunicação pode ocorrer por meio de tecnologias relacionais presenciais (como as plenárias e as rodas de conversas), bem como por meio de dispositivos tecnológicos (TV, rádio e celular, por exemplo). Ou seja, há meios presenciais e à distância que facilitam a comunicação e podem contribuir para o fortalecimento de redes de solidariedade locais, regionais, nacionais e até internacionais. A internet, por exemplo, trouxe novas formas de conexão entre pessoas e organizações, como as redes sociais. Além disso,

a existência de “comunidades virtuais” e as redes sociais trazem um novo tipo de convívio on-line – e um novo tipo de mobilização e participação – a “mobilização virtual” e a “participação on-line”. Durante a pandemia da covid-19, por exemplo, essa foi a principal forma de comunicação, de mobilização e de participação nos períodos em que o afastamento social foi necessário para preservar a vida.

Outro desafio está na palma das mãos! A chamada “tecnologia móvel” (disponível em aparelhos celulares, smartphones e outros equipamentos individuais de comunicação digital) trouxe mudanças importantes na produção dos conteúdos e na sua circulação: cada pessoa, com seu celular, pode gravar um vídeo e distribuí-lo nas suas redes sociais, por exemplo. Com isso, uma grande quantidade de mensagens pode ser enviada, ao mesmo tempo, para um grande número de pessoas, grupos, organizações e comunidades, aumentando o alcance e o ritmo da comunicação.

As trocas se intensificaram e ficaram cada vez mais rápidas, não mais dependendo de encontros face a face! Se, por um lado, isso favorece a mobilização e a participação, por outro traz novos problemas e desafios, principalmente em relação à questão: será que as pessoas estão se mobilizando e participando de forma consciente? Isso porque é possível identificar o grande volume de informações disponíveis, o que dificulta acessar e compreender tudo; a disseminação de informações falsas ou não verdadeiras (as chamadas *fake news*); a manipulação de sentimentos hostis (promovida pelos chamados “discursos de ódio”); o compartilhamento imediato de informações sem a verificação de sua autenticidade e veracidade; e o “julgamento virtual” que compromete a integridade e a dignidade de pessoas e grupos. Você já pensou sobre isso? Teria mais algum desafio a acrescentar?

Esses dispositivos tecnológicos possibilitam a interação virtual, e esses “espaços virtuais” têm alterado a forma como as pessoas se conectam, se mobilizam e participam da política, discutindo questões que tratam da vida em comum e buscando influenciar decisões políticas. O lado positivo é que, por meio da internet e das redes sociais, muitas pessoas têm acesso a informações que não teriam de outro modo ou mesmo com a rapidez que ela possibilita. Mas é sempre bom lembrar que esses espaços, na verdade, fazem a mediação entre a realidade e as pessoas, e isso significa que as mensagens que circulam (textos, imagens, vídeos etc.) são produzidas e divulgadas com alguma intenção. Por isso, a importância de se ter **educação política** para interpretar essas mensagens e compreender o que elas significam, não só no seu conteúdo, mas também na intenção de quem as divulga.

A **educação política** ocorre por meio de diálogos baseados na diversidade e no respeito às diferenças, pela busca por informações que contribuam para a formação cidadã e pela participação em diferentes espaços sociais e políticos, possibilitando que as pessoas compreendam aspectos da vida social e política, seus direitos e deveres enquanto cidadãs(ãos), as diferenças entre os projetos políticos, dentre vários outros aprendizados que dizem respeito à vida coletiva.



E por que refletir sobre mobilização e participação é importante para a assistência social?

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da assistência social, no art. 204, traz uma novidade relacionada à participação: a possibilidade de que organizações representativas

da população e relacionadas com a política pública participem da formulação e do controle das ações nos três níveis de governo – União, estados e municípios.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

[...]

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.



Essa diretriz constitucional é reforçada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), ou seja, a participação é uma diretriz básica da assistência social que assegura que as principais decisões da política contem com a participação da sociedade, por meio das organizações que a representam neste campo.

E por que essa participação é importante? Primeiro, porque essas regras que organizam a política estabelecem um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade, com o objetivo de tornar a gestão da política mais transparente e democrática, possibilitando alterar as práticas de clientelismo que marcaram esse campo e estabelecer novas práticas baseadas no interesse público e no bem comum.

Segundo, porque o sentido que é dado à participação na política de assistência social é na direção da garantia de direitos e do fortalecimento da condição de cidadã(ão) de

todas as pessoas que estão envolvidas com a assistência social, em especial as(os) usuárias(os).

Terceiro, porque a participação possibilita tomar decisões que têm poder de vinculação (ou seja, decisões vinculantes, que devem ser obedecidas), o que significa efetivo poder político quanto ao planejamento e à avaliação da política. E, por fim, mas não menos importante, a participação possibilita o aprendizado tanto sobre a política de assistência social quanto sobre a organização da vida coletiva em geral.

Você consegue pensar em mais justificativas para a importância da mobilização e da participação na política de assistência social?

E como é possível participar na política de assistência social?

A primeira possibilidade é institucionalizada, ou seja, foram criados espaços no interior do Estado – os conselhos e as conferências – que reúnem, de forma paritária, representantes do governo e da sociedade civil – trabalhadoras(es), usuárias(os) e entidades do SUAS. Os conselhos devem funcionar cotidianamente, ter uma agenda programada para discussões e deliberações, contar com uma secretaria executiva que apoia seu funcionamento e as(os) próprias(os) conselheiras(os), dar visibilidade às suas decisões, dentre várias atribuições estabelecidas na LOAS e na NOB-SUAS.

Já as conferências ocorrem em intervalos de tempo maior (previstas para serem de quatro em quatro anos ou extraordinariamente) e têm como principal objetivo avaliar o que tem sido realizado na política de assistência social e propor diretrizes e prioridades para o período após sua realização. Por serem

espaços relacionados ao poder público, cabe aos governos arcarem com os custos da participação, o que envolve a manutenção dos conselhos e a realização das conferências.

Você percebeu que a participação na assistência social ocorre por meio de representantes? As(os) representantes que estão nos conselhos e participam de conferências devem ter vínculos com organizações que reúnem trabalhadoras(es), usuárias(os) e entidades de assistência social, além do próprio governo. Essa compreensão é muito importante, porque coloca desafios para quem está nesses espaços que são muito semelhantes àqueles de quem representa a população no poder legislativo, por exemplo.

A outra possibilidade de participação no campo da assistência social são aqueles espaços criados e sustentados pela sociedade civil, relacionados à vida cotidiana, como organizações, coletivos, fóruns, dentre outros, que mobilizam cotidianamente as pessoas em torno das questões relacionadas à assistência social. Esses são espaços sociais com grande potencial de mobilização e de participação, por reunirem pessoas e organizações diretamente envolvidas com a política, vivenciando seu cotidiano, e que possibilitam a problematização das questões que mais lhes tocam. Nesses espaços, é possível incluir diferentes perspectivas nos debates, levantar temas relevantes para que sejam colocados na agenda pública, ampliar o número de pessoas que se interessam pelo campo, incentivando o aprendizado e as trocas, que tanto criam as condições para uma participação qualificada nos espaços institucionalizados do SUAS, quanto têm o potencial do desenvolvimento do protagonismo e da autonomia de quem neles participa.

É comum, na assistência social, ouvir que a pessoa é militante ou faz militância nessa área. Você já ouviu isso? Sabe o que é?

A militância é uma forma de participação política em que as pessoas que já têm consciência do valor da participação e da importância de um determinado tema (no nosso caso, a assistência social) estão mobilizadas permanentemente, dedicando parte do seu dia a dia aos processos de mobilização e de contribuição nas transformações que são almejadas. A militância envolve também um sentimento de companheirismo e de responsabilidade compartilhada por pessoas que formam um coletivo em que elas se conhecem e se reconhecem, compartilhando sucessos e fracassos. Algumas(uns) militantes exercem, em alguns momentos, o papel de liderança, outras(os) constituem a chamada base social. Nessas interações, as lideranças se revezam e se renovam, cabendo a quem tem mais experiência ajudar quem está chegando.

E quais são os desafios que a assistência social enfrenta em relação à mobilização e à participação?

É importante lembrar que o processo de implantação de conselhos e de realização de conferências decorreu de uma determinação legal e, com isso, esses espaços foram criados numa heterogeneidade de contextos muito distintos, nem sempre favoráveis à sua criação e seu funcionamento.

Isso tem gerado alguns conflitos e mesmo irregularidades. Por exemplo, como é uma participação mediada por representantes, algumas questões são importantes com relação à autorização (quem escolhe, como escolhe, quais as regras para representar, qual o alcance da representação, a capacidade de articular e promover interesses de suas bases, dentre outras) e à prestação de contas das(os) representantes, também

chamada de *accountability* (se há supervisão permanente por parte das(os) representadas(os), como e quando presta contas, se há sanções em casos de deslegitimação etc.). O risco é comprometer a legitimidade das(os) representantes e ocorrer situações em que pessoas que já têm visibilidade ou reconhecimento público sejam escolhidas e até mesmo se perpetuem como representantes nesses espaços.

Outros desafios são:

1. As desigualdades e assimetrias relacionadas à renda, raça, etnia, gênero, dentre outras, e sua relação com o acesso ao conhecimento e às informações;
2. A concentração de informações nas equipes de governo e o risco da manipulação dessas informações;
3. O tecnicismo (valorização do saber técnico e da linguagem considerada competente) em detrimento do saber popular, adquirido pela vivência e pelo conhecimento partilhado;
4. A burocratização dos conselhos, que se tornam espaços de pouca discussão sobre a política de assistência social, inclusive por meio de procedimentos excludentes, que dificultam ou mesmo inviabilizam a participação de usuárias(os);
5. A complexidade da política de assistência social, que pode dificultar os entendimentos de seu conteúdo e sua organização;
6. A perspectiva, muitas vezes restrita, quanto ao papel dos segmentos do SUAS – trabalhadoras(es), usuárias(os) e entidades – e quanto ao potencial educativo dos processos de mobilização e participação;
7. A tutela e a cooptação das(os) participantes por quem detém algum tipo de poder – político, administrativo, econômico, conhecimento;

8. A disputa em torno do que é “bem comum” e o papel da assistência social em tempos de polarização política;
9. A cultura política que não estimula a participação e o engajamento em espaços e ações que tratam do que é público, comum a todos;
10. A inclusão participativa que visa aumentar e diversificar o número dos que participam, evitando a “crystalização” da representação em alguns poucos.

Veja que são muitas as possibilidades e os desafios para a mobilização e a participação na política de assistência social! Você está convidado a se juntar a essa história!

Ampliando o diálogo...

Você já participou de alguma mobilização? Lembre o que levou você a participar, sua motivação?

Qual é a situação-problema que você acredita que mais mobiliza as pessoas? E por quê?

Você tem participado de algum coletivo, associação ou outra organização da sociedade civil? Por quê?

O que pode ser feito para estimular mais pessoas a se mobilizarem e participarem dos espaços sociais e institucionais que debatem e decidem sobre a vida em comum?



Que aprender um pouco mais?

BENEVIDES, M.V.B. **A cidadania ativa**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

DAGNINO, E.; OLVERA, J. A.; PANFICHI, A. (org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

HENRIQUES, M. S. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 5-9 set. 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/6.%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20comunidades%20e%20os%20desafios%20da%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20social%20\(M%C3%A1rcio%20Simeone\).pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/6.%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20comunidades%20e%20os%20desafios%20da%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20social%20(M%C3%A1rcio%20Simeone).pdf). Acesso em: 19 set. 2023.

HENRIQUES, M. S. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. *E-book*.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. F. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. *E-book*.



Capítulo 2

Capítulo 2 – Educação popular e sua importância para a mobilização, a participação e o controle social no SUAS

Quitéria Rodrigues Costa¹

Assim como há uma liberdade que me qualifica melhor para brigar pela justiça, há uma educação, um conhecimento, que melhora minha vida para brigar pela vida de todos. Por isso chamamos essa educação popular de tantos nomes: libertadora, emancipadora, conscientizadora, transformadora...

Moacir Gadotti

Introdução

No capítulo anterior refletimos sobre mobilização e participação social na política de assistência social. Debruçamos um pouco sobre esses conceitos, abordando sua importância, as diferentes formas de organização dessa participação, bem como as possibilidades e os desafios para sua efetivação.

A partir de agora vamos dialogar sobre a contribuição da Educação Popular neste processo, especificamente para a mobilização, a participação e o controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)!

¹ Pedagoga formada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social (Práxis/UFRB).

Sabemos que a mobilização, a participação política e o controle social exigem de nós um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades indispensáveis ao exercício competente e ético das nossas ações. Compreendemos também que a apropriação desses saberes e habilidades passa por um percurso que vai da formação de uma consciência crítica à tomada de decisões práticas. E isso demanda um processo formativo contínuo que capacite e fortaleça nossa ação política.

Nosso objetivo, portanto, é apresentar a Educação Popular como esta ferramenta teórico-prática capaz de nos ajudar a interpretar e refletir criticamente sobre a realidade da política de assistência social e, ao mesmo tempo, encontrar de forma coletiva caminhos que nos levem a ações concretas, efetivamente transformadoras daquilo que precisa ser mudado. Buscaremos, ancoradas nesse importante paradigma educativo, estimular reflexões e experiências político-pedagógicas desencadeadoras de processos organizativos criativos e eficazes no trabalho realizado pelas(os) agentes do SUAS.

Convidamos você a vir conosco!

Vamos aprofundar a compreensão do termo Educação Popular e apresentar seus princípios; mostrar como esta prática educativa se materializa no cotidiano, expondo suas aproximações com os princípios e diretrizes do SUAS; e, por fim, delinear suas potencialidades para a mobilização, a participação e o exercício do controle social.

Afinal o que é Educação Popular?



Fonte: PET Educação Popular².

Iniciando o diálogo...

Antes de começar nossa conversa sobre Educação Popular, te convidamos a observar atentamente esta imagem e pensar um pouco sobre ela.

- Que pessoas estão representadas nesta figura?
- Qual a posição ou situação de vida dessas pessoas em nossa sociedade atual?
- O que elas parecem estar fazendo?



Indo direto ao ponto, diríamos que a Educação Popular é, simultaneamente, uma concepção teórico-prática que institui um **paradigma pedagógico** e uma **metodologia dialógica** que visa contribuir para a conscientização e a

² Disponível em: <http://educacao-popular.blogspot.com/2017/06/o-que-e-educacao-popular.html>.

mobilização daquelas(es) que não têm acesso e não compartilham a riqueza socialmente produzida (chamadas(os) de “classes populares”, “classes subalternas”, “oprimidos” “destituídos”, “desprotegidos”, “em situações de vulnerabilidade social” etc.). É uma **práxis educativa** que parte da realidade social e volta a ela para transformá-la tendo como horizonte a **emancipação humana e social**.

- **Paradigma pedagógico:** modelo de educação; um conjunto de ideias, valores, hábitos e comportamentos compartilhados, um modelo de educação a ser seguido.
- **Metodologia dialógica:** um modo de aprendizagem baseado no diálogo, na comunicação.
- **Práxis educativa:** processo educativo que articula a ação e a reflexão, orientadas por um sentido, uma direção.
- **Emancipação humana e social:** condição em que as pessoas são capazes de refletir sobre sua condição humana e social, compreender a realidade em que vivem, expressar-se, interagir criativamente, agir como sujeito da sua própria história.



A Educação Popular reconhece as **desigualdades estruturais** que marcam a sociedade brasileira, que geram apartação e exclusão social. Por isso defende que a educação deve propiciar a inclusão social das pessoas que vivem esses processos de subordinação e exclusão na perspectiva da emancipação e da participação no projeto democrático.

Desigualdades estruturais: aquelas que são produzidas e mantidas pela sociedade, pelas instituições, pela forma de organização social e pelas regras, como classe social, raça, gênero, deficiência, sexualidade, geração, dentre outras.



Nesse sentido, a concepção de educação adotada pela Educação Popular amplia significativamente o campo de sua utilização para além da educação escolar, uma vez que diferentes dimensões da vida social (saúde, moradia, mobilidade, tributação, participação, assistência social, meio ambiente, direitos humanos etc.) manifestam situações de opressão que constituem as relações sociais a serem transformadas.

A Educação Popular, portanto, não se constitui como um modelo pedagógico único, mas como um conjunto de ideias, práticas e experiências que, a partir de princípios comuns, se estabelecem de diversas formas em diferentes contextos históricos e socioculturais. Para Carvalho (2023), a Educação Popular é também uma tecnologia ancestral no sentido de que muitas(os) das(os) que vieram antes de nós desenvolveram saberes, técnicas de sobrevivência, produção e cuidado e passaram adiante estratégias e conhecimentos no processo de luta por justiça, igualdade e liberdade.

Nesse sentido, pensar o significado da Educação Popular em nosso atual contexto implica olhar para trás buscando aprender com o legado da luta das(os) nossas(os) ancestrais, e identificar quem são, hoje, as pessoas que vivenciam a exclusão socioeconômica, a vulnerabilidade social e as diferentes formas de dominação e opressão existentes em nossa sociedade. É a partir desses dois movimentos que conseguiremos organizar, de um ponto de vista popular, experiências político-educativas substancialmente conscientizadoras e potencializadoras da luta emancipatória junto às classes populares.

Há que ser assim, “pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome” como nos canta o Emicida na canção “AmarELO”. Te convidamos a apreciar a potente mensagem desta música disponível neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=91bikd4bWOs>.

Ampliando o diálogo...

Após a análise da imagem e da leitura sobre o significado da Educação Popular, qual sentido você acha que é possível atribuir a esse paradigma educativo?



Princípios da Educação Popular e suas aproximações com os princípios, diretrizes, seguranças e proteções afiançadas do SUAS

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

Dissemos que a Educação Popular é diversa e não possui um modelo único. No entanto, é importante esclarecer que isso não significa a inexistência de uma unidade conceitual, bem como de princípios que caracterizem e definam uma autêntica forma de se fazer Educação Popular.

Conhecer suas origens, sua história e como essa história se conecta com a nossa realidade atual é fundamental para estabelecermos uma prática educativa que esteja de fato a serviço das transformações sociais que almejamos, para que, mais uma vez, o nosso *amanhã não seja só um ontem com um novo nome*. Não é verdade?

Ao visitar sua história, observamos que a Educação Popular como prática educativa emancipatória vinculada

a um projeto de transformação da sociedade é a perspectiva que sustenta as experiências orientadas pelas teorias e metodologias produzidas por Paulo Freire e por estudiosas(os) e educadoras(es) que seguem e aplicam suas ideias. A força das ideias de Paulo Freire e seu protagonismo nos movimentos de educação e cultura popular no Nordeste na década de 1960 são indiscutivelmente reconhecidos como fundantes da Educação Popular.

Para saber mais...

Paulo Freire (1921-1997), educador e filósofo brasileiro, é considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado Pedagogia Crítica. O educador é patrono da educação brasileira e criou uma pedagogia inovadora que defende, em linhas gerais, que a educação é uma ferramenta essencial para a transformação da sociedade.



Esta Educação Popular, baseada na “pedagogia do diálogo” de Paulo Freire e na crença no protagonismo das classes populares nas transformações sociais, é entendida como ação reflexiva e prática cultural. Para isso, tomam-se como ponto de partida as chamadas “situações-limite”, que são geradoras de desumanização dos sujeitos, para encontrar os chamados “inéditos viáveis”, ou seja, as possibilidades de superação das condições e situações desumanizadoras e desumanizantes dos sujeitos, culturas etc. (Freire, 2011).

Como você pode perceber, é uma pedagogia utópica, no sentido de imaginar um mundo possível e buscar meios de transformar a realidade nessa direção, pois entende o futuro como uma possibilidade, algo que está em aberto e pode ser construído, e não uma fatalidade, um destino inescapável.

A utopia pode ser considerada um dos princípios fundamentais da Educação Popular. É ela que nos mantém firmes na caminhada. É o que, nas palavras de Adriano Nogueira, “fornece energia àquelas pessoas ou grupos que buscam transformar velhas repúblicas em cidades novamente reconhecidas” (Freire; Nogueira, 1993, p. 43). Podemos afirmar que é impossível fazer Educação Popular sem a dimensão da utopia e da esperança, categorias centrais no pensamento de Paulo Freire.

Além da utopia e da esperança, outros princípios éticos e metodológicos são pilares básicos da Educação Popular: a construção de sujeitos populares, a busca de justiça e solidariedade, a autonomia e a busca de vivências de relações democráticas, participativas, dialógicas e transparentes.

Essa concepção de educação libertadora desafia os sujeitos a pensarem criticamente por meio do diálogo e de problematizações. A educação é mais do que instrução, ela é transformadora e, para isso, deve estar enraizada na cultura e construir uma consciência histórica. O reconhecimento e valorização da cultura é também elemento essencial nesta perspectiva educativa. Para Brandão (2023), a cultura enquanto lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos saberes é a morada da educação; por isso, educação e cultura não podem estar desvinculadas.

Essa concepção de educação entende também que o saber cotidiano, popular, é tão relevante quanto o saber científico, pois “há modos [diferentes] de conhecer o mundo

e as classes populares têm um modo peculiar de conhecimento” (Freire; Nogueira, 1993, p. 20). Portanto, saber científico e saber popular trazem significado para os sujeitos. Isto implica reconhecer o Outro como “sujeito de conhecimentos, de valores, culturas, sujeitos de processo de humanização/emancipação. Sujeitos pedagógicos produzindo Outras Pedagogias” (Arroyo, 2012, p. 25).

Para prosseguir com esta nossa conversa sobre os princípios da Educação Popular, gostaríamos de apresentar um importante documento publicado pelo Estado brasileiro em 2014. Trata-se do *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*³, uma produção que tem como objetivo orientar as experiências populares e institucionais de Educação Popular no país. Se você ainda não conhece, vale a pena conhecer! É uma referência muito útil para aquelas(es) que atuam no âmbito das políticas sociais numa perspectiva emancipatória.

Apresentamos a seguir a síntese das categorias trazidas por este documento quando ele discorre sobre as bases epistemológicas (ou seja, as justificativas relacionadas ao conhecimento que é produzido) da Educação Popular. Essas categorias tanto expressam princípios importantes da Educação Popular quanto balizam e orientam as experiências populares e institucionais de agentes públicos em seus cotidianos de trabalho. As categorias ou princípios são:

- **Dialogicidade:** o diálogo é o alicerce de uma pedagogia emancipatória. A promoção de práticas reflexivas mediadas pelo diálogo se constitui no núcleo central dessa pedagogia, pois permite pensar o mundo, problematizá-lo para transformá-lo

³ Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf.

(reflexão + ação), pressupondo relações horizontais entre saberes diferentes que são confrontados. Os saberes construídos nesses diálogos são organizados para atender às necessidades da população e propiciar a construção de significados comuns, de solidariedade, e a elaboração de alternativas para a superação de problemas que são comuns às(aos) que participam do diálogo.

- **Amorosidade:** o diálogo somente se dá, de fato, se o(a) educador(a) tiver profundo amor ao mundo e às pessoas. Portanto, a amorosidade funda-se na ideia de alteridade (ou seja, no reconhecimento da individualidade de cada pessoa) e de respeito ao outro, tão igual e tão diferente. É uma relação baseada no diálogo, no respeito, na humildade e na esperança, e que se orienta pela compreensão de que as relações devem ser amorosas, situadas histórica, social e culturalmente.
- **Conscientização:** é o processo permanente de passagem de uma consciência ingênua (visão simplista que exalta o passado, nega a investigação e impõe a verdade com apelo emocional) para uma consciência crítica (que se nutre do diálogo e visa aprofundar a análise, adota postura investigativa e crítica, reconhece que a mudança é necessária e possível, e que o novo é aceito por ser válido), a partir da compreensão e da apropriação da realidade; ocorre a partir da práxis, da relação entre ação-reflexão; é um processo relacional de inserção crítica na história, ou seja, as pessoas assumem seu papel de sujeitos da história, capazes de entender e transformar o mundo.
- **Transformação da realidade e do mundo:** busca construir novas relações econômicas, sociais,

culturais, ambientais, baseadas na igualdade, na fraternidade, na justiça; “não nascemos iguais: tornamo-nos iguais” (como ensina Hannah Arendt) como resultado da ação humana orientada pelo princípio da justiça; por meio de processos educativos pretende-se construir sujeitos de direitos, protagonistas de seu destino, mudando relações em que prevaleciam o egoísmo, o individualismo, o sexismo, os preconceitos e a discriminação.

- **Partir da realidade concreta:** o conhecimento deve ser vinculado à realidade que os sujeitos vivenciam, integrando práticas sociais e simbólicas próprias da experiência de “estar no mundo”; deve-se articular os fatos e a percepção dos sujeitos sobre eles, assim como a objetividade e a subjetividade; partir da realidade é assumir o compromisso com a diversidade existente nos diferentes contextos sociopolíticos (espaços, territórios, culturas, símbolos, identidades, interesses, conflitos etc.).
- **Construção do conhecimento e pesquisa participante:** ensino (ensinar e aprender) e pesquisa (produzir conhecimento, um novo saber) são indissociáveis, ou seja, inseparáveis, entre si e dos processos de participação popular, articulando teoria e prática, conhecimento historicamente construído e saberes populares (distintos saberes igualmente importantes).
- **Sistematização de experiências e do conhecimento:** é a criação participativa de conhecimentos teórico-práticos, a partir e para a ação transformadora, para ser compartilhada com os outros; métodos, técnicas e dinâmicas são instrumentos do processo de ensino-aprendizagem para a construção do conhecimento.

A compreensão de cada um desses princípios é essencial na defesa de qualquer projeto e/ou prática educativa que se entenda genuinamente ancorada na Educação Popular. Colocarmos os princípios da nossa ação em primeiro lugar é assumir uma opção ético-política clara, evitando equívocos e desvios em nossas intervenções rumo às transformações pelas quais lutamos.

O claro entendimento dos princípios nos leva também à percepção das confluências, das aproximações possíveis entre a Educação Popular e outros campos da atividade humana. Quando colocamos, de um lado, a concepção, os princípios e as diretrizes da Educação Popular e, de outro, os princípios e diretrizes do SUAS com suas seguranças e proteções afiançadas – princípios da universalidade, da gratuidade, da integralidade, da proteção social, da inter-setorialidade e da equidade; as seguranças de acolhida, de renda, de convívio ou vivência familiar, comunitária e social, de desenvolvimento de autonomia e de apoio e auxílio; bem como as diretrizes estruturantes da gestão do SUAS (Brasil, 2012), notamos clara convergência entre ambos.

Sendo a política de assistência social destinada às(aos) cidadãs(ãos) e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais (Brasil, 2004) e uma política pública estratégica no enfrentamento das desigualdades sociais, ela traz em si valores e princípios democráticos, emancipatórios e de inclusão social também assumidos pela Educação Popular. O trabalho social realizado pelas(os) profissionais do SUAS nos serviços que demandam processos educativos se nutrem também desse campo de saberes e práticas.

Importante destacar ainda a relação de Paulo Freire, principal expoente da Educação Popular, com o campo da assistência social. Em 1947, Freire foi convidado para trabalhar

no Serviço Social da Indústria (SESI) e, segundo ele, essa experiência foi fundamental para a escrita da *Pedagogia do oprimido*, sua obra mais conhecida e que, por sua vez, traz de forma inequívoca os princípios e métodos da Educação Popular. Nas palavras do próprio Freire (2011, p. 26), “A *Pedagogia do oprimido* não poderia ter sido gestada em mim só por causa de minha passagem pelo Sesi, mas a minha passagem pelo Sesi foi fundamental”.

Ampliando o diálogo...

O que esta seção sobre os princípios da Educação Popular te inspira e/ou te leva a refletir quando você pensa sobre a realidade da participação e do controle social no SUAS?

Você acha que o SUAS tem algo a aprender com a Educação Popular?



Sobre como a Educação Popular se materializa no cotidiano e suas potencialidades para os processos de mobilização, participação e controle social

A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado.

Carlos Rodrigues Brandão

Até este ponto da nossa conversa está claro que a escola não é o único espaço educativo existente na sociedade, e que a Educação Popular está presente em diversos âmbitos

da experiência humana. Ela se materializa em diferentes espaços e grupos sociais, ainda que os sujeitos desses grupos possam não ter consciência de que a vivenciam nas situações de trocas de informações, nos saberes compartilhados e nos conhecimentos coletivamente construídos no processo de organização de suas lutas em busca de soluções para os seus problemas.

Importante ressaltar também a presença e o papel da Educação Popular nos âmbitos institucionais do Estado brasileiro. Segundo Gadotti (2023, p. 44), “Numa época em que a educação popular estava restrita a experiências não estatais, Paulo Freire se propôs a instituí-la como política pública sem torná-la exclusivamente estatal, mantendo essa tensão de estar taticamente dentro do Estado e fora do Estado”. Essa presença fora e dentro do Estado nos remete também à participação popular que acontece nas instâncias de participação e de controle social. A criação desses espaços foi uma das formas encontradas para a partilha de poder entre Estado e sociedade no âmbito da política de assistência social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS), as Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e as conferências, por exemplo, são espaços de luta nos quais as múltiplas interações, a participação organizada, o compartilhamento de saberes e a construção de soluções coletivas para os dilemas enfrentados instalam uma tensão criativa entre sociedade civil e Estado na luta por justiça social e emancipação. Para Gadotti (2023, p. 47-48),

A Educação Popular de hoje tem a cara dos movimentos sociais. Eles se fortalecem como portadores da esperança, com suas múltiplas subjetividades políticas, lutando por moradia, direito à terra, trans-

porte, segurança, direitos humanos, preservação do meio ambiente, saúde, emprego, respeito à diversidade étnica, racial, de gênero, sexual etc. dando novo rosto à educação popular.

Essa presença organizada de diferentes segmentos da sociedade em suas múltiplas representações e reivindicações se estabelece como uma verdadeira experiência de *poder compartilhado* ancorado numa pedagogia popular, conforme dito por Brandão (1990, p. 50) na epígrafe desta seção. E como disse Freire numa entrevista a Rosa Maria Torres (1987, p. 74), “A Educação Popular se delineia como um esforço das classes populares com vistas à criação de um poder popular”.

É neste poder que se manifesta nos processos de participação organizada que vislumbramos o exercício criativo de proposição de *soluções populares* para os problemas sociais que enfrentamos. A Educação Popular configura-se, portanto, como um pilar importantíssimo da formação e da ação política também das instâncias de participação e de controle social.

Diante disso surgem algumas perguntas: Como isso se dá na prática? Quais atitudes materializariam a “face” de uma educação autenticamente popular no SUAS, especificamente na atuação de quem participa e exerce o controle social?

Na tentativa de esboçar respostas para essas questões voltaremos ao *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*, uma vez que ele aponta, além de princípios, diretrizes⁴ que devem orientar as ações educativas baseadas na educação popular nos diferentes setores

⁴ As diretrizes são extensamente apresentadas no referido documento; sendo assim, optamos por um recorte, sintetizando-as e elencando aqui apenas as que se relacionam mais diretamente com a política de assistência social e seus espaços de participação e de controle social.

de políticas públicas. Essas diretrizes, por sua vez, dialogam com as reflexões que estamos propondo e as ideias que pretendemos apresentar na busca de respostas para as indagações que levantamos. Portanto, as diretrizes que destacamos são:

- Partir das diferentes realidades numa perspectiva multidimensional (rural/urbano, centro/periferia, territórios, biomas, culturas, gêneros, raça, gerações etc.) e dos contextos particulares;
- Promover a participação popular e a gestão democrática em todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas;
- Garantir que os instrumentos utilizados na gestão pública (planejamento, implementação, avaliação, financiamento etc.) fortaleçam os processos de Educação Popular;
- Promover e construir coletiva e dialogicamente as políticas públicas, com participação social e popular;
- Promover processos educativos na perspectiva de Educação Popular para ampliar o acesso a políticas e recursos públicos;
- Promover, defender, difundir, efetivar e ampliar os direitos fundamentais da pessoa humana;
- Compreender a participação popular como um direito, promovendo a participação e o diálogo como elementos essenciais a uma nova cultura democrática;
- Promover a educação para participação popular e cidadã nos instrumentos e canais de controle social existentes (conselhos, conferências, audiências públicas, fóruns), visando fortalecer o poder popular.
- Valorizar e fortalecer práticas educativas e esforços autônomos das organizações sociais e de iniciativas

- estatais na realização de ações de formação na perspectiva da conscientização e transformação social;
- Garantir e ampliar a reflexão crítica por meio de sistematização e avaliação participativa de práticas educativas populares de experiências de políticas públicas;
 - Considerar as diversidades de gênero, gerações, orientação afetivo-sexual, religiosas, culturais, étnico-raciais, de pessoas em situação de privação de liberdade e pessoas com deficiência na formulação e implementação das políticas públicas;
 - Desenvolver mecanismos para fortalecer os diferentes sujeitos na participação em todo o ciclo das políticas públicas;
 - Garantir que os fundamentos e a metodologia da Educação Popular sejam utilizados nas formações e capacitações para os servidores públicos.

Estabelecendo um diálogo com o que as diretrizes trazem, mas sem a pretensão de oferecer uma receita ou esgotar um assunto, por sinal, ainda pouco discutido, apresentamos algumas ideias que podem nos ajudar a balizar uma postura teórico-prática em nossa ação política no campo da Educação Popular nos espaços de participação e de controle social do SUAS.

Os princípios da educação dialógica evidenciam a crença no potencial humano e a aposta na participação dos sujeitos no ato pedagógico. Por sua vez, a ideia de que a participação política tem um componente pedagógico é um dos fundamentos da democracia participativa. Os espaços de participação e de controle social são, portanto, espaços propícios à educação. A educação dialógica, por seus fundamentos, princípios e diretrizes constitui-se como orientadora desses processos de participação e de controle social.

Nesse sentido, podemos apreender a Educação Popular como fundamento e como método de um processo educativo. Enquanto fundamento, ela se concretiza nesses espaços por meio de:

- Relações horizontais entre os sujeitos e respeito aos saberes de cada um;
- Descentralização e compartilhamento do poder na tomada de decisões;
- Adoção da curiosidade epistemológica e da **pedagogia da pergunta** como estratégias propiciadoras do diálogo, da conscientização e consequente solução dos problemas;
- Debate prévio das decisões e que esses debates assegurem voz a todas(os), a pluralidade das ideias e o estímulo ao diálogo;
- Síntese construída por todas(os) as(os) envolvidas(os) e conhecimento produzido coletivamente amplamente divulgado;
- Conflitos entendidos como parte do processo de reflexão;
- Valorização dos conhecimentos ancestrais e saberes da comunidade na organização dos processos de luta;
- Fortalecimento de valores e atitudes de solidariedade e cooperação, enquanto se descarta uma subjetividade meritocrática, individualista e competitiva;
- A adoção do sonho, da utopia e da esperança como impulsionadores da luta;
- Estímulo à resistência que promove a existência dos grupos oprimidos e vulnerabilizados socialmente;
- Consciência crítica perante as desigualdades, dominações e opressões de raça, classe e gênero, dentre outras.

Para saber mais...

Pedagogia da pergunta é uma expressão utilizada por Paulo Freire, que defende que, numa educação libertadora, o ato de perguntar deve estar presente e ser estimulado sempre, pois a curiosidade impulsiona a aprendizagem e os outros processos de aquisição de conhecimento.



Como método, as ações educativas orientadas para as pessoas que compõem os espaços de participação e de controle social podem ser organizadas a partir dos círculos de cultura. Os círculos podem ser utilizados nas mais diversas situações educativas, culturais e políticas. É uma experiência didática fundamentada na horizontalidade e no diálogo, que inclui momentos de tematização, problematização e avaliação dos mais variados assuntos de interesse do grupo.

A escolha por esse percurso implica a presença cotidiana da(o) educadora(educador) nos espaços, convivendo com os sujeitos que participarão dos círculos, construindo interações e propiciando a observação das relações que se estabelecem, a identificação das “situações-limite” vivenciadas e explicitadas, a construção de confiança mútua que possibilitará o diálogo e a troca das subjetividades. Esse convívio possibilita identificar, por meio das “situações limite”, o tema geral e as palavras geradoras que indicam possibilidades de transformação.

Podemos dizer que esses temas geradores seriam os conteúdos da Educação Popular desenvolvida no âmbito dos espaços de participação e de controle social. Sobre os temas geradores, as relações dos sujeitos com o mundo e a escolha dos conteúdos, Paulo Freire, no livro *Pedagogia*

do oprimido, nos dá uma clara orientação metodológica. Para Freire (2011, p. 119-120),

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta não só no nível intelectual, mas no nível da ação. Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais doar-lhe conteúdos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com suas esperanças, com seus temores.

A problematização é inerente a este método e contribui para a passagem de uma visão ingênua para uma visão crítica acerca dos temas geradores. Nesse processo, várias estratégias podem ser utilizadas, desde a leitura de textos (acadêmicos, técnicos, de opinião, poemas, cordéis, tirinhas, charges, memes etc.) até a audição de músicas ou a visualização de vídeos e filmes. Caberá à(ao) coordenadora(coordenador) da atividade escolher a estratégia que mais se adequa aos sujeitos que integram a atividade e o tema em questão.

Enfim, os processos nos quais ocorrem a participação e o controle social podem gerar situações em que se identificam “situações-limite”, se tematizam e se problematizam questões próprias dessas situações e se constroem “inéditos viáveis”. Para isso, todas(os) as(os) envolvidas(os) devem compartilhar dos princípios e das diretrizes da Educação Popular, vivenciando-os no cotidiano.

É importante que aquelas(es) que integram os espaços de participação e de controle social assumam, fundamentadas(os) numa estratégia pedagógica de autorreflexão e reflexão coletiva contínuas, uma postura de vigilância para que assim essas ações se tornem vivas em seus contextos de atuação, instaurando experiências político-educativas efetivamente populares e emancipatórias. Este nos parece um caminho interessante na direção da construção e do aprimoramento dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social.

O que expusemos até aqui evidencia, portanto, o significativo potencial da Educação Popular para os processos de participação e para o exercício do controle social, especialmente em espaços nos quais a convivência é mais duradoura, onde há pluralidade e diversidade, onde grandes temas são debatidos e explicitados publicamente.

A interação baseada nos princípios da Educação Popular e as ações educativas específicas podem não só contribuir para a qualificação da participação e do exercício do controle social, como também para estimular novas subjetividades políticas, novas sociabilidades, orientadas pelo diálogo, pelo respeito ao Outro, pela cooperação, pelo compromisso com a emancipação humana e social dos sujeitos.

Essa educação transforma não apenas os métodos de educar, transforma as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação. “[...] a participação das pessoas ‘educadas’ [...] é uma visão ativa e criativa do conhecimento [...], é uma noção que educa e politiza as pessoas” (Freire; Nogueira, 1993, p. 62), que se educam na medida em que participam “mais e melhor na vida da sociedade” (idem).

A composição dos espaços de participação e de controle social do SUAS inclui gestoras(es) públicas(os), organizações

da sociedade que realizam ações socioassistenciais, trabalhadoras(es) da política e suas(seus) usuárias(os), o que indica grande diversidade de sujeitos e pluralidade de ideias, valores, interesses e demandas. Uma demanda recorrente desses sujeitos é por capacitação, entendida como as oportunidades de qualificação para a participação nesses espaços, seja para melhor compreender suas funções e o que se espera desta presença, seja para melhor compreender a política de assistência social.

No que diz respeito às(aos) usuárias(os) da política de assistência social, esta demanda por formação é claramente expressa em diferentes espaços por diferentes sujeitos. A carta de princípios do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNUSUAS), por exemplo, define como um dos seus objetivos “estimular e promover a formação política dos usuários/as do SUAS”.

Em um relato de experiência, Daniel Martins, representante das(os) usuárias(os) do SUAS em várias instâncias de participação e de controle social no país, ao ser perguntado sobre “o que imagina que poderia ser feito para que mais pessoas se interessem e possam participar das instâncias de controle social?”, responde categoricamente sobre a necessidade do diálogo e da formação:

[...] que todos os gestores e conselhos sigam a legislação, dando ao usuário a voz e o direito que ele tem, inclusive que ele tenha capacitação externa, porque não adianta você colocar o cara lá e você doutriná-lo do jeito que você quiser. [...] Todo mundo faz e acontece em cima do nome do usuário, mas nunca faz nada para empoderar o usuário de fato, para ele conseguir sua autonomia, sua emancipação e passar a ser um ser contributivo (Martins, 2018. p. 174-175).

Processos de Educação Popular têm o potencial de valorizar o saber e a cultura popular, ampliar o engajamento e a mobilização dos sujeitos que vivenciam no cotidiano as vulnerabilizações sociais e lutam para viver e sobreviver a elas. Propiciam, ainda, a conscientização da relevância dos direitos socioassistenciais e sua efetivação pelo Estado brasileiro, possibilitando transformar “situações-limite” em “futuros possíveis” e estimulando a participação dos sujeitos nas transformações sociais que desejam.

Ainda que institucionalizados no interior do Estado, os princípios da Educação Popular podem ser guias das interações que nele ocorrem, para além das atividades específicas de formação. Isso enriqueceria sobremaneira a democracia, que se nutre das experiências de participação, e, simultaneamente, propiciaria o aprendizado, pela prática, da expressão pública de ideias e valores, da tomada de consciência sobre a realidade vivida, do exercício da crítica, dentre tantas outras possibilidades.

Apesar de todo o seu potencial, para Brandão (2009, p. 10), “a educação popular ainda não cumpriu a sua intenção: a de propiciar a humanização e a libertação dos sujeitos que sofrem com as opressões políticas, econômicas e culturais”. Por isso, na visão do autor, é importante

Realizar e consolidar ações e procedimentos para fortalecer as iniciativas populares da sociedade civil, considerando a diversidade e a particularidade dos envolvidos, para enfrentar as opressões e as restrições impostas pelo Estado brasileiro e pela estrutura e dinâmica da sociedade contemporânea (Brandão, 2009, p. 10).

Pensar a Educação Popular é estratégico no trabalho de mobilização e de participação crítica, criativa, propositiva e

qualificada dos seus sujeitos nos diferentes espaços institucionalizados da política de assistência social. Esses sujeitos têm o potencial de serem educadoras(es) que prestam uma importante colaboração na contínua formação política das(os) usuárias(os) e na valorização dos seus saberes, trazendo para o centro os sujeitos populares do SUAS, de modo que sejam protagonistas.

Ampliando o diálogo...

E você? Como enxerga o potencial da Educação Popular nos espaços de participação e de controle social do SUAS?

Você concorda com a posição de Daniel Martins, representante das(os) usuárias(os) do SUAS, quando ele fala sobre a necessidade da formação de usuárias(os) na política de assistência social?



Quer saber um pouco mais?

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1986. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4211>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas**. Brasília, DF: Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 2014.

CARVALHO, M. C. de. Volta para a base e vai procurar saber! A necessidade estratégica da educação popular contra a barbárie no Brasil. In: VASCONCELOS, J. S.; MENDES, M. T.; MUSSI, D. (org.). **Paulo Freire e a Educação Popular**: esperar em tempos de barbárie. São Paulo: Elefante, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GADOTTI, M. Retomar o sonho interrompido para esperar e educar em tempos de barbárie. *In*: VASCONCELOS, J. S.; MENDES, M. T.; MUSSI, D. (org.). **Paulo Freire e a Educação Popular: esperar em tempos de barbárie**. São Paulo: Elefante, 2023.

MARTINS, D.; CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B. O controle social da perspectiva dos usuários do SUAS: uma entrevista com Daniel Martins. *In*: MARTINS, D.; CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. **Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

TORRES, R. M. (org.). **Educação Popular: um encontro com Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1987.



Relatos de experiências

1. Teatro Mobs: Teatro de mobilização social da PBH

Janaína Starling¹

O grupo de Teatro de Mobilização Social, Teatro Mobs, atua desde 1999, pela Prefeitura de Belo Horizonte, em defesa dos direitos sociais e das políticas públicas de assistência social, utilizando as artes cênicas, a música e a poesia como ferramentas lúdicas. Formado por cinco atores profissionais, subsidiados atualmente pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), o grupo leva informação, direito de todo cidadão, com uma linguagem simples, de fácil entendimento e identificação e de forma tocante, agradável, divertida e transformadora.

Em mais de vinte anos de atuação, o grupo coleciona apresentações por Belo Horizonte e região metropolitana, além de outras cidades do Brasil, expondo diferentes aspectos dessa política pública e abordando desde a forma de acesso a serviços e benefícios socioassistenciais até as violações de direitos. Além das apresentações cotidianas, dos esquetes que compõem o repertório, o grupo também participa de campanhas educativas, como as campanhas contra a exploração do trabalho infantojuvenil, contra a

¹ Atriz formada no Teatro Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2004, ganhadora do prêmio SIMPARC como atriz revelação em 2005, multiartista e escritora de livros infantis. Atua no grupo de Mobilização Social Teatro Mobs, da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), desde 2005, hoje atua como coordenadora do grupo. Ex-integrante da banda cênico-musical Incrível Rúcula, atuante nas artes cênicas desde 1997, com diversos trabalhos como atriz, diretora e figurinista. Além disso, ministra oficinas e dá aula de teatro para crianças de 6 a 11 anos.

violência sexual que acomete crianças e adolescentes, sobre a importância de uma alimentação saudável, entre outras.

Figura 1 – Abertura “A Casa é SUAS”



Foto: Stênio Lima.

Os atores que formam o grupo, André Maurício, Camilo Lélis, Fernanda Araújo, Suzana Crus e Janaína Starling, também coordenadora da trupe, são profissionais dedicados a estudar, pesquisar e produzir obras que levam informação e também instigam questionamentos da(o) cidadã(o), da(o) trabalhadora(or) e do público em geral a respeito de temas ligados à política pública de assistência social e ao SUAS. Para criar personagens que tenham empatia com o público, o grupo busca inspiração em lideranças comunitárias, conselheiras(os) de políticas setoriais e nas(os) próprias(os) usuárias(os) e trabalhadoras(es) da assistência

social. Também fomentam reflexões sobre mudanças de paradigmas e costumes nocivos a uma boa convivência e ao bom desenvolvimento de uma sociedade, colaborando para a própria evolução humana e social.

O teatro de mobilização social é uma vertente do teatro muito pesquisada em Belo Horizonte (MG), por outros artistas e grupos, desde meados dos anos 1980 até os dias atuais. Em Belo Horizonte se tornou referência nacional, e o grupo Teatro Mobs já foi convidado a ministrar oficinas em outras cidades, como Curitiba (PR) e Uberaba (MG), além de já ter participado de duas Conferências Nacionais de Assistência Social em Brasília (DF). É também uma forma bastante eficaz de fazer a ideia ou a informação a ser transmitida chegar ao expectador/ouvinte de forma contundente, na medida em que o teatro de mobilização possibilita uma identificação do público com os personagens e as situações apresentadas e este consegue refletir melhor sobre as questões que permeiam as cenas.

Figura 2 – Femicídio



Foto: Camilo Lélis.

Em seu repertório, o grupo apresenta esquetes sobre os seguintes temas: etarismo e direitos da pessoa idosa, direitos da mulher e violência contra a mulher, exploração do trabalho infantil, violência sexual contra crianças e adolescentes (este tema baseado no livro infantil *O medo e a coragem*²), alimentação saudável, bullying, participação social, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), racismo, programa Famílias Acolhedoras e o próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além desses temas, existem personagens coringas que fazem intervenções pontuais em eventos internos e externos, sobre temas como boa convivência no trabalho, divulgação de festas e campanhas específicas. O grupo também realiza a abertura das Conferências Municipais de Assistência Social, que acontecem de dois em dois anos, e agora também participará das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Com toda essa bagagem e história, o grupo Teatro Mobs anseia pela continuidade desse trabalho, não só na SMASAC, mas no maior número de secretarias e serviços possíveis, por entender que a arte tem um grande poder de transformação do indivíduo, além de levar momentos de lazer e cultura que marcam a experiência e a memória de quem assiste ou ouve. O Teatro de Mobilização Social é uma ferramenta maravilhosa que reúne, em suas características, qualidades fundamentais para uma boa comunicação.

² De autoria de Janaína Starling, lançado pela Eis Editora, em 2016.

Figura 3 – Menino da Capa Mágica



Foto: André Maurício.

O Teatro Mobs é um serviço público da Prefeitura de Belo Horizonte e pode ser solicitado por qualquer instituição ou equipamento público, desde que estes estejam trabalhando as temáticas e diretrizes do SUAS, antes, durante e depois de nossa participação, pois o Teatro de Mobilização Social é um complemento de outras ações necessárias, como rodas de conversas, palestras, oficinas, material gráfico e campanhas que tenham embasamento em dados, estudos e especificidades de cada região da cidade ou cada segmento da sociedade³.

³ Para acionar o Teatro Mobs, basta mandar um e-mail com sua solicitação contendo o máximo de informações sobre o evento (data, horário, local, tema, espaço, público etc.) para teatromobs@pbh.gov.br ou ligar para (31) 3277-9009. A partir desse passo, o grupo fará as devidas avaliações sobre disponibilidade de agenda e repertório e retornará o mais rápido possível.

Figura 4 – Ação na Praça Sete



Foto: Fernanda Araújo.

Figura 5 – Cores de Comer



Foto: Stênio Lima.

**Figura 6 – Blitz da Campanha
Movimento Contra o Trabalho Infantil**



Foto: André Maurício.

Figura 7 – Projeto Famílias Acolhedoras



Foto: Fernanda Araújo.

2. Teatro Mobs: Esquete “O nome dela”

Camilo Lélis Gonçalves¹

“O nome dela” é um esquete teatral criada pelo Teatro Mobs, atualmente contratados pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) e há mais de vinte anos vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), faz uso das linguagens artísticas enquanto ferramenta de mobilização e comunicação social, com o intuito de sensibilizar, instruir e informar a sociedade. No caso específico desse esquete teatral, o objetivo principal é promover uma mobilização que conscientize as pessoas acerca das violações de direitos sofridas pelas violências e a necessidade de mudança de pensamento, atitude e comportamentos machistas, vigentes em nossa sociedade.

Relatar uma experiência de comunicação e mobilização social, tendo como base as linguagens teatrais e artísticas, torna-se importante para reconhecer a força das artes cênicas ao longo da história, os diversos campos em que essa arte está presente e seu poder de resistir e perpetuar-se no tempo, tornando essa forma de expressão humana, valorosa e eficaz dentro de vários aspectos. No universo psicológico, semântico e humanista que o teatro evoca, cria-se o fenômeno teatral, no qual o encontro do artista e o público é permeado por características ligadas ao entretenimento e

¹ Ator formado pelo Centro de Formação Artística e Tecnológica (Cefart) – Fundação Clóvis Salgado. Arte educador, integrante do Teatro de Mobilização Social (Teatro Mobs), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG). Atua como ator, diretor e também na escrita de textos para esquetes e intervenções cênicas do Teatro Mobs desde 2006. Atua também como mobilizador social, possui no currículo mais de vinte espetáculos teatrais, além de trabalhos para o cinema e para a TV.

a formação da(o) cidadã(ão), contribuindo para a produção de pensamento crítico e social, seja nas universidades ou na comunidade como um todo.

O esquete teatral “O nome dela” utiliza-se de recursos como a música, figurinos, objetos, textos, adereços, maquiagens e todo um universo lúdico. Nele, atrizes e atores dialogam e interagem com o público em torno de temas específicos e primordiais dentro das políticas públicas para a garantia dos direitos e a proteção das mulheres.

Atuando no esquete “O nome dela”, escrita por mim no ano de 2008 e apresentado pelo Grupo Mobs nos dias de hoje, relato aqui um pouco da minha experiência pessoal, no contexto do Teatro de Mobilização Social.

“O nome dela” teve como inspiração os versos do poeta Ferreira Gullar, que busca pela memória o nome de uma mulher que ele diz, no poema, estar guardado com ele.

*bela bela mais que bela
mas como era o nome dela?
Não era Helena nem Vera
nem Nara nem Gabriela
nem Tereza nem Maria
Seu nome seu nome era...
Perdeu-se na carne fria
perdeu na confusão de tanta noite e tanto dia
perdeu-se na profusão das coisas acontecidas
mudou de cara e cabelos
mudou de olhos e risos
mudou de casa e de tempo
mas está comigo está
perdido comigo
teu nome.
Ferreira Gullar*

Sinopse do esquete

Três atores encenam o esquete “O nome dela”. Dois homens e uma mulher, que se revezam como narradores e personagens e abordam questões relacionadas aos estereótipos (concepção baseada em ideias preconcebidas sobre algo ou alguém sem o conhecimento real, geralmente de cunho preconceituoso ou repleta de afirmações gerais e inverdades) da mulher contemporânea, como a ditadura da beleza e do corpo, as jornadas triplas que grande parte das mulheres vivem e as divergências de gênero, além da violação de direitos, agressões físicas e emocionais. Uma obra poética que reflete o lugar da mulher na sociedade, com duração de quinze minutos.

Figura 1 – Cena de “O Nome dela”. Atores: André Gonçalves, Camilo Lélis e Suzana Cruz.



Foto: Fernanda Araújo – Arquivo Mobs.

Ao escrever o esquete “O nome dela”, coloco em cena uma mulher que busca pela memória seu próprio nome e identidade numa atmosfera de desamparo e violência, e que, através da encenação criada, reencontra com seu “eu”, traçando um perfil de empoderamento ao longo da dramaturgia.

Dois atores, homens, completam o elenco. Essas vozes masculinas – narradores – dialogam com a personagem feminina, questionam o próprio comportamento dos homens e da sociedade e somam suas vozes na trajetória cênica da personagem.

É possível perceber no ato da apresentação do esquete o quanto a encenação toca o público, gerando identificação entre as mulheres e incômodo nos homens presentes. Diversas vezes vi mulheres chorando e se contorcendo em suas cadeiras. Algumas não conseguiam assistir até o final e se levantavam para sair do local. Tais comportamentos emocionais e corporais evidenciam possíveis vítimas de violência, como avaliam as(os) técnicas(os) presentes nos encontros.

Após a apresentação, os testemunhos e as histórias acabam se dando de forma espontânea, mais uma vez endossando a importância do teatro como ferramenta e elo na comunicação, mobilização social e desenvolvimento individual. Casos relatados nesses encontros são acompanhados pelas(os) profissionais, e, se for o caso, denúncias são direcionadas às instâncias e equipamentos públicos de proteção e defesa da mulher.

Figura 2 – Cena de “O nome dela”. Atriz: Suzana Cruz



Fonte: Fernanda Araújo – Arquivo Mobs.

“O nome dela” foi escrito atendendo às demandas das políticas sociais voltadas para a defesa e a proteção dos direitos da mulher, para fomentar a mobilização social diante do feminicídio estimulado por essa sociedade machista, entre outras violações.

Esse trabalho, na maioria das vezes, é apresentado em equipamentos públicos ou mesmo ações em praças e ruas coordenadas por agentes e técnicas(os) da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, da Prefeitura de Belo Horizonte (MG). É importante ainda relatar que a apresentação do esquete se dá a partir de mobilização prévia, feita por servidoras(es) e técnicas(os) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e de outros equipamentos, onde usuárias(os) e comunidade são mobilizadas(os) a participarem desses eventos.

Outro aspecto importante a ser levado em conta é o fato de apresentarmos o trabalho em territórios que apresentam um quadro de vulnerabilidade social alta, onde a ocorrência de casos é identificada pela própria comunidade e por órgãos públicos da região.

3. Os impasses políticos e de interesses coletivos na construção do Fórum de Usuários da Assistência Social de Belo Horizonte

Maria Cristina Silva¹

A Constituição Federal do Brasil de 1988, ao assegurar, entre seus princípios e diretrizes, “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (art. 204), institui, no âmbito da política de assistência social, a participação popular como eixo fundamental na gestão e no controle das ações do governo.

Após a promulgação da Carta Magna conhecida como “Constituição Cidadã”, um arcabouço jurídico no qual a centralidade dos direitos do homem é o foco, o grande desafio passou a ser a regulamentação constitucional a fim de se efetivar a participação popular. Iniciou-se, desde então, uma intensa mobilização e articulação dos diversos segmentos sociais organizados no sentido de estabelecer os mecanismos jurídicos legais necessários à gestão descentralizada de algumas políticas públicas.

Assim, foram surgindo os conselhos, os órgãos colegiados permanentes e deliberativos responsáveis pela execução, formulação, fiscalização, promoção e defesa das políticas públicas.

¹ Bacharel/licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); especialista em Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília (UnB); mestra em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora da Rede Estadual. Atua na área da infância e adolescência, estando hoje no Conselho Tutelar Regional Leste de Belo Horizonte.

É nesse cenário político de articulação, de participação, de mobilização e do exercício do controle social de usuárias(os) nas políticas públicas que ocorreu, entre os dias 21 e 22 de julho de 2017, a Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, com o tema “Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS”, na qual houve um diálogo entre o secretário adjunto da Assistência Social e a presidenta do Conselho Municipal da Assistência Social, representante das(os) usuárias(os), com o intuito de criar o Fórum Municipal de Usuários do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (FMUSUAS/BH). O secretário foi importantíssimo para o pontapé inicial para a implementação dessa organização.

Assim, a partir desse diálogo buscamos entender o que era um fórum e o que era um fórum de usuárias(os) dentro do sistema da assistência social. Então, tivemos acesso à Carta de Princípios do Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único da Assistência Social (FNUSUAS) e ao seu regimento interno, o que nos deu embasamento para, de forma participativa e com o apoio do Conselho Municipal da Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), através de sua assessoria técnica, construirmos o fórum de usuárias(os) no município.

O caminho foi longo. A partir de todo um estudo dos documentos existentes em nível nacional sobre FNUSUAS, criamos a Comissão Provisória de Coordenação da organização política de usuárias(os) do FMUSUAS durante um encontro na prefeitura de Belo Horizonte, onde encontramos certa resistência de algumas(uns) trabalhadoras(es) para essa realização.

Logo em seguida, pensamos numa dinâmica de apresentação dessa proposta que ocorresse nas nove regionais administrativas de Belo Horizonte. Nesse momento, contamos com o apoio das(os) diretoras(es) regionais da

Assistência Social para a mobilização de usuárias(os), local e organização do espaço físico. Nesse interim, fomos adaptando o regimento interno tendo como referência e modelo o documento de nível nacional, tudo isso com a participação da Comissão Provisória.

Desse modo, visitamos as nove regionais, nas Comissões dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) falando da importância da instituição do Fórum e o que significava o FMUSUAS/BH para a participação e o controle social exercido por usuárias(os) dessa política pública. A participação foi potente em oito regionais, no entanto não ocorreu na Regional Leste, sendo essa uma situação lamentável do ponto de vista da falta de interesse do gestor em se inteirar dessa importante organização das(os) usuárias(os) no território.

Contudo, a ausência da apresentação do Fórum na Regional Leste não tirou a legitimidade da construção desse coletivo social, sendo inclusive realizado um Seminário de Usuários na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como proponente do Seminário o vereador Pedro Patrus, por meio de sua assessoria, inclusive com a criação da Logo do Fórum. Assim, a data de 14 de abril de 2018 se tornou o marco para legitimação de todo o processo de organização das(os) usuárias(os) no município, concretizando a participação social garantida pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993.

Essa forma de participação política através de um coletivo representativo de usuárias(os) tem como exemplo a sociedade romana, na qual a tomada de decisões se dava por meio da coletividade, e um fórum era o lugar em que se estabelecia o mercado, localizado em uma das quatro entradas da cidade. Tratava-se de uma praça rodeada de

templos e edifícios importantes da sociedade. Nele eram discutidos temas de índole política, religiosa, judicial, social, administrativa e econômica, com influência sobre o Senado.

Em instâncias de participação como o fórum, a unidade, a participação, a organização política do coletivo, a apropriação e divulgação de informações são fundamentais para a emancipação da(o) cidadã(ão). O Fórum representa o coletivo. Tem que haver uma representatividade política, as(os) usuárias(os) não podem estar dispersas(os) ou colocar pessoas em evidência. Deve haver uma coordenação boa e bem articulada com outras instâncias e organizações para que, de fato, o fortalecimento do coletivo seja concretizado e reconhecido enquanto espaço de diálogo e participação entre as instituições organizadas de trabalhadoras(es), governos e usuárias(os), além das entidades socioassistenciais.

Definição do FMUSUAS

Espaço coletivo de organização política das(os) usuárias(os) do SUAS, de caráter permanente, que se constitui por meio de diferentes formas de representações de usuárias(os) e organizações municipais de usuárias(os) em conformidade com o disposto na Resolução CNAS nº 24/2006 e na Resolução CNAS nº 11/2015.

Finalidade

Fomentar a articulação política, o empoderamento, o monitoramento e o controle social e representar o coletivo das(os) usuárias(os) nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle e gestão municipal do SUAS.

Dos princípios fundamentais

O FMUSUAS é um fórum municipal permanente e será norteado pelos seguintes princípios fundamentais:

- a) Compromisso com a construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe, etnia ou gênero; afirmação da identidade da(o) usuária(o) do SUAS como protagonista da Política de Assistência Social;
- b) Defesa dos direitos fundamentais e sociais garantidos na Constituição Cidadã;
- c) Realização de atividades respeitando os princípios definidos na LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993);
- d) Apoio às instâncias de participação de usuárias(os) do SUAS no município e na região metropolitana;
- e) Permanente qualificação da(o) usuária(o);
- f) Respeito à autonomia e à dinâmica própria de cada organização e fórum membros, assim como não permitir que interesses específicos se imponham nas ações e posições do FMUSUAS.

Dos objetivos

Os objetivos do FMUSUAS na consecução de suas finalidades são:

- a) Manter debate e diálogo permanente junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), aos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS),

- às Comissões Locais de Assistência Social (CLAS), às autoridades, aos parceiros e aos apoiadores;
- b) Articular e dialogar com usuárias(os), organizações e fóruns membros para construção da unidade política e agenda comum, apoiando e, quando solicitado, deliberando sobre suas demandas;
 - c) Fortalecer a intersectorialidade como instrumento de efetivação da Política Nacional de Assistência Social;
 - d) Articular e dialogar com atores diversos, especialmente movimentos sociais, na perspectiva da defesa dos direitos humanos, da cidadania e dos direitos sociais;
 - e) Estabelecer estratégias de articulação com instâncias governamentais e não governamentais e instituições internacionais que tenham interface com a Política de Assistência Social;
 - f) Estimular e promover a formação política das(os) usuárias(os) do SUAS;
 - g) Fomentar e apoiar a criação dos fóruns por regiões, estados/Distrito Federal, metrópoles, territórios e municípios, para viabilizar a descentralização e garantir o fortalecimento das(os) usuárias(os);
 - h) Dialogar com os conselhos estaduais e municipais de Assistência Social para que tenham ações propositivas no incremento das mesas estaduais e municipais de negociação do SUAS.

Considerando toda essa estrutura e organização política e social do FMUSUAS/BH, isso representa um ganho muito importante para o segmento, afinal é reconhecido como coletivo organizado e ciente de seu papel dentro da sociedade e da participação na elaboração de políticas públicas. Para isso, faz-se necessário em qualquer campo

da estrutura social a formação e capacitação desse segmento de modo contínuo para que sustente seu lugar de fala e de voto nos espaços de tomadas de decisão.

Hoje, depois de alguns anos de sua constituição, o FMUSUAS/BH, apesar de ser reconhecido pela Rede enquanto um espaço político e organizativo das(os) usuárias(os) no município, passa por momentos de conflitos em sua gestão, existindo um “desconhecimento” de gestão entre usuárias(os) que compõem o Fórum, o que acaba gerando prejuízos para o coletivo.

Portanto, é necessário rememorar toda a construção coletiva dessa organização para que as(os) usuárias(os) que estão à frente desse coletivo, respondendo enquanto coordenadoras(es), possam se comprometer com a importância de ampliação do espaço para novas(os) gestoras(es)/coordenadoras(es) dentro do coletivo, considerando o que já existe nas normativas jurídicas dos documentos da Carta de Princípios e do Regimento Interno do fórum local, a partir dos quais é possível garantir a participação dentro da lógica da participação democrática, sem desconsiderar as reais limitações que impliquem a incompletude institucional e as vaidades individuais.

Conclui-se, com essa narrativa, que a instituição do FMUSUAS/BH originou um importante espaço de discussões dentro da Política da Assistência Social em Belo Horizonte, em prol da coletividade de usuárias(os) do SUAS, discussões essas que demandam articulação política em toda a cadeia de gestoras(es), trabalhadoras(es) e usuárias(os) com intuito de efetivar aquilo que está posto nas leis em âmbito municipal, estadual e federal.

Logo, os impasses políticos e de interesses coletivos na construção do Fórum de Usuários da Assistência Social (FMUSUAS/BH) e em sua efetivação e permanência devem

resistir aos propósitos individuais que se inserem dentro desses espaços e passar a considerar que usuárias(os) capacitadas(os), formadas(os) e informadas(os) também contribuem para a construção de uma política local que torne o Estado forte e garantidor de políticas públicas que atendam às demandas básicas apresentadas pelas(os) cidadãs(ãos).

4. O Fórum Municipal de Trabalhadoras do SUAS e a participação social na política de assistência social de Belo Horizonte

Fabiano da Silva Siqueira¹

Maria José Brant (Deka)²

Olga Inah-Inarê Aquino Ribeiro³

Prestes a completar dez anos de sua recriação, foi com contentamento que a coordenação do Fórum Municipal de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (FMTSUAS-BH) recebeu o convite para fazer um relato da sua experiência no que diz respeito à mobilização da sociedade civil e à participação nas instâncias de controle social e de gestão participativa desta política pública na capital mineira. Inclusive, o próprio mote que levou as(os) trabalhadoras(es) a avaliarem a necessidade de recriar este fórum em Belo Horizonte, em

¹ Psicólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Psicossociologia (UFRJ); analista de políticas públicas na Prefeitura de Belo Horizonte, onde atua no PAEFI/CREAS-Leste; membro da coordenação do Fórum Municipal de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS de Belo Horizonte (FMTSUAS-BH); representante da sociedade civil no Comitê de Monitoramento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua.

² Analista de políticas públicas na Prefeitura de Belo Horizonte desde 1994, e mestre em Gestão de Políticas Sociais pela Fundação João Pinheiro. Atua na Equipe de Transferência de Renda e Cadastro Único da Diretoria de Assistência Social da Regional Noroeste, membro da coordenação do FMTSUAS-BH e componente do Núcleo de Educação Permanente (NUMEP/SUAS-BH).

³ Graduada em Serviço Social, especialista em Serviço Social: Instrumentalidade, Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional pelo Centro Universitário UNA, mestranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), analista de políticas públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conselheira municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (gestão 2021/2023) e membro do Fórum Municipal de População de Rua e da coordenação do FMTSUAS-BH.

2014, explicita sobremaneira a importância desse coletivo e da sua inserção nas instâncias de participação.

A representação de trabalhadoras(es) no âmbito da política pública da assistência social no município de Belo Horizonte também revela processos de amadurecimento conceitual e de concepção que, sem dúvidas, fundamentam o SUAS em todo o território nacional, a partir de seu exemplo.

A experiência inicial de representação desse segmento era praticamente restrita a trabalhadoras(es) lotadas(os) na própria Secretaria à época, com as(os) poucas(os) concursadas(os) que existiam e com praticamente nenhum contratado. Trabalhadoras(es) que atuavam na gestão, nas atividades meio e no provimento se misturavam numa representação que mais expressava a trajetória de mobilização e de participação social de cada trabalhadora(trabalhador) e o desejo de imprimir à assistência social no município seu essencial modelo participativo. Essa experiência inicial ficou mais focada na articulação de trabalhadoras(es) da prefeitura em si, correndo risco de fazer parte de uma correia de transmissão de interesses governamentais e, inclusive, partidários.

A evolução e os desafios da implementação do SUAS, a trajetória de participação no Conselho Municipal de Belo Horizonte e no Conselho Estadual de Minas Gerais, a necessária diferenciação de pontos de vista das(os) gestoras(es), das entidades, das(os) usuárias(os) e das trabalhadoras(es) se faziam necessárias e levaram à recriação desse espaço de representação, a fim de atender às suas especificidades.

Foi, portanto, com a intenção de restaurar o caráter fundamental do que deveria ser o Fórum Municipal de Trabalhadoras e, por conseguinte, democratizar as instâncias onde sua participação está prevista, que o coletivo de trabalhadoras(es) da política de assistência social de Belo

Horizonte se organizou e decidiu recriar, em novembro de 2014, o FMTSUAS-BH.

A vitoriosa bandeira da realização de concursos públicos e a necessária substituição de modelos contratuais de recursos humanos por intermédio de entidades sociais para a execução da assistência social como política pública trouxeram uma nova composição de trabalhadoras(es) efetivas(os) no âmbito do SUAS, o que também possibilitou essa recriação.

Muito embora a concepção de sistema no âmbito da assistência social já viesse se reconfigurando, na prática a presença da representação de trabalhadoras(es) da rede privada socioassistencial nas instâncias de participação era frágil e numericamente muito inferior. Essa questão da identidade e do pertencimento das(os) trabalhadoras(es) da rede privada socioassistencial nesse locus de representação segue desafiando a todas(os).

No primeiro decênio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a gestão municipal teve papel central, estratégico e preponderante na (im)posição de agendas para a cidade e na disputa e garantia de recursos. Paradoxalmente, nos anos iniciais da implementação da LOAS, o acúmulo da experiência dos conselhos, das conferências e dos fóruns participativos trouxe a exigência de que as representações – da gestão e especialmente da sociedade civil, considerando as entidades socioassistenciais, as(os) usuárias(os) e as (os) trabalhadoras(es) – fossem, de fato, ocupadas pela diversidade e autenticidade de cada segmento no exercício do controle social.

Faz-se necessário explicar que, nas instâncias de controle social do SUAS, as(os) trabalhadoras(es) que atuam na gestão não são consideradas(os) como pertencentes ao segmento de trabalhadoras(es), pois nesse contexto

compõem o segmento da gestão. Ou seja, se no âmbito da administração geral as(os) trabalhadoras(es) nomeadas(os) a exercer um cargo de gestão são obviamente consideradas(os) trabalhadoras(es), no contexto das instâncias de controle social do SUAS o cenário se altera, pois esta(e) trabalhadora(trabalhador) deve, no exercício do seu cargo, defender os interesses da gestão, que, muitas vezes, diferem radicalmente dos interesses da sociedade civil, esta composta por três segmentos, a saber: as entidades socio-assistenciais, as(os) usuárias(os) desta política pública e as(os) trabalhadoras(es) que nela atuam.

Para explicitar a importância desta diferenciação, lembremos do Informe do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 003/2009, segundo o qual o controle social tem três dimensões, a saber: a política, a técnica e a ética, detalhadas a seguir:

- Política: mobilização da sociedade civil para, de forma organizada, influenciar a agenda governamental e indicar prioridades;
- Técnica: trabalho da sociedade civil organizada para fiscalizar a gestão de recursos e a apreciação dos trabalhos governamentais;
- Ética: construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

A premissa é a de que o exercício do controle social, na perspectiva da sociedade civil, enquanto via de participação popular com o objetivo de fiscalizar, acompanhar e certificar a qualidade das políticas públicas realizadas, contribui sobremaneira para a consolidação da democracia participativa. Por meio desse exercício, a sociedade civil organizada realiza intervenções na formulação, execução e

avaliação dos serviços desenvolvidos por órgãos governamentais. E, para tanto, há que se garantir não só a existência de espaços públicos de participação popular, mas também a autonomia da organização das(os) trabalhadoras(es), para que não haja interferência do órgão gestor nas pautas da sociedade civil.

Faz-se necessário ressaltar que no Brasil, um país marcado pela incidência de períodos antidemocráticos, o controle social, tal como aqui concebemos, é um avanço social relativamente novo. Na década de 1980, em meio à emergência das lutas sociais democráticas, o fortalecimento dos sindicatos e das diferentes formas de organização da classe trabalhadora, através da consolidação dos movimentos sociais e das lutas em defesa de uma redemocratização, emerge uma nova conceituação de controle social a partir da Constituição Federal de 1988. Constituiu-se, assim, uma lógica de controle social associada à ideia de participação social e à fiscalização das políticas públicas por parte da sociedade civil. Tais alterações, obviamente, tratam de grandes avanços, fruto de lutas sociais, mas também dizem respeito às reformas do Estado e às estratégias da burguesia na sua direção, buscando-se agora o consenso ativo da população.

No que se refere à política de assistência social, foram instituídos os conselhos de assistência social, instância paritária de participação, um importante avanço institucional de participação e de controle social. Cumpre destacar que os conselhos são compostos por 50% da sociedade civil e 50% do governo. Acontece que a sociedade civil conta com três atores políticos, conforme já mencionamos: as entidades socioassistenciais, as(os) usuárias(os) da política pública e as(os) trabalhadoras(es) que nela atuam. E cada qual com seus interesses e demandas – específicos e legítimos. Essa configuração paritária, tomada de maneira

binária entre governo e sociedade civil (num único bloco), mostra-se, portanto, pouco democrática e bastante assimétrica, uma vez que, nesta correlação de forças, o poder de decisão se concentra nas mãos do governo, que detém 50% dos votos possíveis, enquanto cada um dos três segmentos que compõem a sociedade civil conta com apenas 16,6% dos votos possíveis.

A partir do acúmulo da sociedade civil e o desenvolvimento e fortalecimento da participação social, a fim de reter esse prejuízo, foi aprovada em 2015, na X Conferência Nacional de Assistência Social, instância máxima da política de assistência social, a substituição do princípio da paridade pelo da proporcionalidade no âmbito dos conselhos da assistência social, segundo o qual, os quatro segmentos que compõem a política dividiriam igualmente as vagas nas instâncias de participação e de controle social do SUAS, de modo que cada um ficaria com 25% e a sociedade civil então passaria a ter 75% da representação, promovendo assim uma efetiva democratização dessas instâncias. Mas, enquanto essa mudança fundamental para a democratização da participação e do controle social no SUAS não se efetiva, o FMTSUAS-BH segue atuante.

Atualmente, o FMTSUAS-BH é organizado de forma que se contemple a participação das(os) trabalhadoras(es) em nível regional, para além de sua coordenação executiva. Desta forma, segundo o regimento interno desse coletivo, Belo Horizonte conta com um fórum do nível central e nove fóruns regionais, totalizando assim dez Fóruns Regionais de Trabalhadores (FORT), instâncias fundamentais da participação majoritária das(os) trabalhadoras(es). Essas instâncias são responsáveis pelo diálogo ampliado, identificação de pautas e discussões das especificidades de cada território. São instâncias de retroalimentação, pois é nos territórios

e a partir da realidade vivenciada pelas(os) trabalhadoras(es) no cotidiano do exercício profissional que os fóruns identificam as questões prioritárias para suas bandeiras de luta. É também através dessas instâncias que as(os) trabalhadoras(es) são informadas(os), mobilizadas(os) e comunicadas(os) sobre as estratégias construídas pelo coletivo em nível municipal, através da coordenação do fórum municipal.

Cada fórum descentralizado de articulação e mobilização tem na coordenação duas(dois) trabalhadoras(es), que são as(os) responsáveis pelos registros das reuniões, coordenação e articulações necessárias em nível regional/central, bem como participam da coordenação executiva do FMTSUAS-BH, garantindo que a interlocução com a totalidade das(os) trabalhadoras(es) representadas(os) aconteça da forma mais orgânica possível.

No que se refere à coordenação executiva do FMTSUAS-BH, esta é composta pelas(os) coordenadoras(es) regionais e do nível central, pelas(os) representantes das(os) trabalhadoras(es) eleitas(os) para o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, pelas(os) trabalhadoras(es) com assento na Mesa Municipal de Gestão do Trabalho e no Núcleo Municipal de Educação Permanente. Ou seja, constitui-se como espaço de articulação e participação qualificada nas instâncias, garantindo a capilaridade das ações.

Considerando a carta de princípios e o regimento do FMTSUAS-BH, outras representações estão previstas para sua composição, como as de organizações de trabalhadoras(es) – por exemplo, sindicatos e conselhos de classe –, indicadas(os) por suas respectivas diretorias e eleitos em Plenária.

Dentre as bandeiras de luta do FMTSUAS-BH, este vem assumindo cada vez mais um compromisso com as pautas referentes às condições de trabalho, mas também pautas que discutam a seguridade social e, portanto, que busquem o fortalecimento da sociedade civil e da classe trabalhadora em uma perspectiva mais ampliada.

Para este relato, destacamos as lutas sociais no período da pandemia, em que se evidenciou o protagonismo deste coletivo na discussão sobre quais as retaguardas necessárias para a garantia de proteção social para famílias e indivíduos no período pandêmico, reconhecendo a importância da política de assistência social na garantia das provisões necessárias para o isolamento social e a proteção à vida. Neste sentido, o FMTSUAS-BH não se furtou aos debates difíceis e provocou a gestão sobre a melhor forma de executar os serviços e sua importância para o contexto vigente. Participamos de audiência pública, pautada por lideranças comunitárias; convidamos especialistas em saúde pública para discutir as retaguardas necessárias para a proteção da saúde das(os) trabalhadoras(es); e, a partir do conceito ampliado de saúde, reconhecemos a fundamental importância das seguranças socioassistenciais para o momento pandêmico. Este coletivo produziu seminários on-line em que se discutiu o papel da assistência social, os cuidados em saúde e as condições éticas e técnicas para o exercício profissional nesse período.

O FMTSUAS-BH foi protagonista na discussão sobre equipamentos de proteção individual (EPI) e condições físicas e estruturais dos nossos equipamentos. Por este motivo, provocou a gestão na criação de um protocolo que garantisse adequações dos locais de trabalho, tanto das rotinas quanto estruturalmente, garantindo EPI adequados, bem como a reorganização dos processos de trabalho pensando em cada estágio da pandemia.

Inicialmente não contemplados como público prioritário para o processo de vacinação, o FMTSUAS-BH agiu local e nacionalmente através da parceria com o Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), participando de reuniões com a Defensoria Pública da União e até mesmo com o Ministério da Saúde. No nível municipal, foi ator fundamental na comissão do Conselho Municipal de Assistência Social, que reivindicou a vacinação prioritária de trabalhadoras(es).

Ademais, desde o início de 2021 o FMTSUAS-BH atuou junto ao legislativo e ao executivo municipal, enfatizando e fundamentando, do ponto de vista técnico e político, a importância de uma renda básica emergencial e, através da instituição de um grupo de trabalho na Gabinete (mandato coletivo do PSOL), foi membro ativo das discussões, contribuindo para a elaboração de um projeto de lei. Desta forma, este coletivo lutou arduamente pelo estabelecimento de retaguardas institucionais para as famílias em situação de vulnerabilidade social, que foram severamente agravadas pela pandemia e pela condução genocida do governo federal à época.

O projeto de lei em questão não foi aprovado, porém, a luta social criada a partir dele incidiu na apresentação de uma proposta assumida pela gestão municipal que previa a concessão de um benefício eventual, garantindo a transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza no município de Belo Horizonte, enquanto estratégia de proteção social durante a pandemia de covid-19. Tal proposta, a princípio considerada limitada e insuficiente pelas(os) representantes da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), foi ampliada e qualificada após uma série de articulações com o Legislativo e

discussões nos conselhos. Desta forma, o FMTSUAS-BH participou de articulações, atos, abaixo-assinados e estratégias definidos coletivamente.

Esse fato evidencia a importância da articulação das(os) trabalhadoras(es) e dos demais atores da sociedade civil em ações que visem à ampliação de direitos e ao fortalecimento da promoção e da defesa de direitos no âmbito da assistência social. Neste sentido, o FMTSUAS-BH não compreende suas lutas de maneira endógena e vem assumindo importantes compromissos em discussões e lutas sociais ampliadas, como a defesa da democracia e dos direitos sociais, denunciando os ataques à seguridade social e ao serviço público.

Enquanto organização de trabalhadoras(es), 2022 foi um ano estratégico, considerando a importância da disputa de projetos políticos tão antagônicos que se evidenciou no cenário eleitoral nacional. E este coletivo não se furtou aos debates e ao combate às *fake news*, construindo uma série de informações sobre assistência social e seu financiamento.

É importante ressaltar que, se a política de assistência social foi capitaneada e utilizada de maneira eleitoreira e clientelista, a sociedade civil ousou enfrentar e não se calar, incluindo aí o coletivo organizado de trabalhadoras(es) no âmbito do SUAS.

Desta forma, o FMTSUAS-BH se posicionou a favor da democracia, produziu e divulgou materiais, se posicionou nas redes sociais, promoveu rodas de debate nos territórios, banquinhas pela democracia, mobilizações de trabalhadoras(es) com discussões fundamentadas sobre os benefícios e o reconhecimento da assistência social enquanto um DIREITO garantido constitucionalmente.

Ainda no que se refere à importância dos fóruns na articulação entre os segmentos, destacamos o papel deste

coletivo no combate ao conservadorismo. No momento em que se apresenta este texto, tramita na Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 340/2022, um projeto de caráter higienista que se esconde sob o nome de “Política Municipal para População de Rua”. Este projeto inclui: retirada de pertences, interdição civil pública, “controle de natalidade” e encaminhamento para comunidade terapêutica. O FMTSUAS-BH, em uma articulação conjunta com o Fórum de População de Rua e outros movimentos sociais, considerando a importância da aliança estratégica entre usuárias(os) e trabalhadoras(es), tem construído as bases de resistência ao projeto.

No que se refere às lutas das(os) trabalhadoras(es) municipais, tem sido pauta nos conselhos, Núcleo de Educação Permanente (NUMEP) e Mesa Municipal de Gestão do Trabalho (MMGT) a necessidade de sua valorização, tanto do conhecimento produzido a partir do trabalho quanto do reconhecimento de direitos garantidos no estatuto do servidor, como o direito à movimentação, a licenças etc.

A realidade, todavia, segue implacável, e, também nos fóruns, vivemos um momento de descrença da força da participação e da adesão efetiva para ocupação dos espaços de representação, não só no CMAS, mas também no âmbito dos FORT regionais e central.

Tudo isso sem esquecer o desafio que é conjugar interesses e relevantes debates que explicitem as demandas e o ponto de vista de trabalhadoras(es) do SUAS, não só do campo estatal, como também da rede socioassistencial privada, e não só com interlocução entre técnicos de nível superior, mas junto a todos os níveis de escolaridade e de formação, conforme nos orienta a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e outros documentos balizadores.

No que se refere à participação nas instâncias de controle social, este coletivo tem travado há anos um debate para o reconhecimento dessa atividade enquanto constituinte dos processos de trabalho, ou seja, entendendo a necessidade de construir uma cultura institucional que valorize e possibilite a participação nas instâncias, garantindo o reconhecimento das horas dedicadas à atividade como horas de trabalho. É ainda preocupação deste coletivo a inserção das(os) trabalhadoras(es) da rede socioassistencial privada nessas instâncias e, portanto, a construção de estratégias que fortaleçam as(os) trabalhadoras(es) das organizações da sociedade civil, bem como suas condições de trabalho.

Por fim, o FMTSUAS-BH há anos vem se dedicando a discutir os processos de trabalho no SUAS, principalmente a partir de sua participação na MMGT. Destacamos, como exemplo, a elaboração da nota técnica sobre as “diretrizes éticas, técnicas e políticas para o atendimento à população em situação de rua nos CREAS”, como uma experiência de diálogo com as(os) trabalhadoras(es) dos serviços e posterior elaboração do documento.

Com essas experiências, buscou-se evidenciar, através das lutas sociais travadas no município de Belo Horizonte, a importância do FMTSUAS-BH na articulação e mobilização das(os) trabalhadoras(es), bem como seus desafios e sua articulação com os demais segmentos da sociedade civil na defesa de uma assistência social pública e fortalecida.

5. O Fórum das Organizações da Sociedade Civil no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (FOSC/SUAS-BH)

Élerson da Silva¹

Deyriane Souto Rodrigues²

O Fórum das Organizações da Sociedade Civil no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (FOSC/SUAS-BH) é, primeiramente, uma articulação de entidades, conforme estabelecido no art. 3 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que buscam a defesa e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), exercendo a sua missão de forma propositiva e fiscalizadora.

Criado em 2013, o Fórum Permanente de Entidades Socioassistenciais de Belo Horizonte, posteriormente denominado Fórum das Organizações da Sociedade Civil (FOSC/SUAS-BH), em Assembleia Geral em 2019, é uma instância de articulação de organizações da sociedade civil (OSC)

¹ Especialista em Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pós-Graduando em Gestão e Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pós-graduando em Gestão Pública e Gestão de Serviço Social pela Faculdade Batista de Minas Gerais. Licenciado em História pela UFMG. Bacharel em Filosofia pelo Instituto Santa Terezinha. Discente do curso de Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), unidade Praça da Liberdade. Conselheiro Municipal de Assistência Social, gestão 2018-2012/ 2022-2023. Conselheiro Estadual de Assistência Social (CEAS), gestão 2019-2021.

² Pós-graduada em Gestão de Políticas Públicas pela PUC Minas. Pós-Graduada em Gestão Pública e Gestão de Serviço Social pela Faculdade Batista de Minas Gerais. Bacharel em Serviço Social pela PUC Minas. Atua como Analista de Projetos Sociais na entidade de assessoramento e defesa e garantia de direitos, Sociedade Bíblica do Brasil. Coordenadora do Fórum de Organizações da Sociedade Civil do SUAS-BH, gestão 2022/2024 e 2018-2022. Conselheira Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, gestão 2018-2021.

privadas de assistência social, entidades ou organizações de assistência social e de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O Fórum tem caráter não governamental, apartidário e não confessional, organizado para servir como ponto de reflexão, aprofundamento de ideias, representações em espaços de controle social, debate democrático das questões que envolvem a política de assistência social nas esferas pública e privada e nos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Tem por vocação fomentar o debate na política de assistência social e contribuir em outras políticas públicas que se relacionam com o atendimento ao público usuário da assistência social, em consonância com a proposta de intersetorialidade.

Figura 1 – Reunião ampliada FOSC/SUAS-BH



Foto: Deyriane Souto Rodrigues.

O FOSC/SUAS-BH tem como objetivos:

- a) Contribuir com o controle social da Política de Assistência Social no âmbito municipal;
- b) Articular ações entre as OSC e a troca livre de experiências;
- c) Promover espaços de debates e a disseminação transparente dos resultados dessas reflexões;
- d) Estimular o conhecimento e o reconhecimento mútuo de OSC que integram o Fórum, valorizando seu intercâmbio;
- e) Estabelecer interlocução com os poderes públicos municipal, estadual e federal para contribuir com o avanço da legislação da Política de Assistência Social;
- f) Contribuir com a formulação de propostas na área da assistência social que aprimorem e ampliem a gestão, execução e avaliação da Política de Assistência Social;
- g) Fortalecer a rede das OSC privadas de assistência social.

O FOSC/SUAS-BH se constitui em um espaço permanente, sem prazo determinado, aberto às questões relacionadas às OSC e comprometidas com a promoção dessa temática. Sua missão básica é desenvolver processos e espaços participativos com as OSC, possibilitando o acesso à informação e ao conhecimento em prol da promoção, proteção e desenvolvimento dessas organizações.

O Fórum, inspirado nos princípios dos direitos humanos, não admite, no cumprimento de suas finalidades, qualquer discriminação de gênero, raça, etnia, bem como quanto a condição social, opção política ou credo religioso, tendo como valores:

- I. Compromisso com a defesa dos direitos humanos;
- II. Ética nas relações interpessoais e interinstitucionais;
- III. Respeito à condição peculiar das entidades, instituições, trabalhadoras(es) e usuárias(os) como agentes em desenvolvimento;
- IV. Participação e corresponsabilidade;
- V. Desenvolvimento pessoal e técnico;
- VI. Ampliação e consolidação dos espaços de cidadania;
- VII. Defesa intransigente da equidade e justiça social;
- VIII. Luta pela eliminação de todas as formas de preconceito;
- IX. Luta a favor da erradicação da fome e pobreza;
- X. Defesa intransigente da proteção integral às(aos) usuárias(os) do SUAS.

Acerca de sua composição, de acordo com o art. 4º de sua Carta Pacto, são integrantes do FOSC/SUAS-BH as representações de organizações da Assistência Social de Belo Horizonte e, de modo tácito, as OSC membro-fundadoras. A coordenação do Fórum, mantendo seu caráter coletivo, é realizada pela Comissão Organizadora, um conjunto de entidades (fundadoras, entidades com assento no Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, e outras OSC), entre estas é que se escolhem coordenação, vice e secretária.

Em relação à *advocacy*, à incidência política e ao controle social, considerado como o exercício democrático de acompanhamento da administração e avaliação dessa política e dos recursos financeiros atribuídos para sua execução, o FOSC/SUAS-BH tem representações em espaços de interlocução e instância de mediação nas relações institucionais e interinstitucionais, que se constituem como

espaços propícios para o exercício da participação direta e do controle democrático, voltado para garantir e monitorar a inclusão das políticas públicas na proteção e efetivação dos direitos humanos e do SUAS. Entendemos isso como uma ação de fundamental importância e compete às(aos) representantes eleitas(os), manter atualizadas as informações/discussões e solicitações de decisão para a Comissão Organizadora, que encaminhará para as devidas decisões.

Entendemos que desta forma o FOSC/SUAS-BH, ao longo desses anos, tem contribuído com sua missão e seu objetivo no âmbito da política de assistência social e, de modo especial, na construção do SUAS do município de Belo Horizonte.

Referências

FOSC/SUAS-BH – FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. **Carta Pacto**. Belo Horizonte: FOSC/SUAS-BH, 24 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1990.

6. Estratégias de comunicação como ferramenta para o fortalecimento democrático e participativo dos usuários e demais segmentos na 15ª Conferência de Assistência Social de BH

Élia Brito¹

Elizete Matias Barbosa Orozimbo²

Juliane Cristina Guimarães Silva³

Patrícia da Silva Pinto⁴

-
- ¹ Assistente social, analista de políticas públicas na Prefeitura de Belo Horizonte, atualmente está na Diretoria de Proteção Social Básica na função de técnica de apoio à Gestão e ao Provimento dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Belo Horizonte. Atuou como coordenadora do Setor de Apoio à Mulher e do Centro de Referência da Mulher no município de Betim, coordenadora do CRAS Lagoa e na Subsecretaria de Direitos e Cidadania na função de coordenadora municipal do Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência.
- ² Assistente social, analista de políticas públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mestre em Educação, Gestão Social e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA, especialista em Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), atualmente coordenadora metodológica dos serviços da Proteção Social Básica e Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nos 34 CRAS de Belo Horizonte.
- ³ Psicóloga, analista de políticas públicas da Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com formação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialização em Saúde do Adolescente (Faculdade de Medicina/UFMG) e pós-graduação em Psicologia Organizacional e do Trabalho (Faculdade Dom Alberto).
- ⁴ Assistente social, analista de políticas públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), especialista em Políticas Públicas pela UFMG, especialista em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), atualmente gerente de gestão dos Serviços da Proteção Social Básica do SUAS-BH.

Patrícia Penser Theotônio⁵

Rafaela da Costa⁶

Este texto traz o relato de experiência da Proteção Social Básica da Prefeitura de Belo Horizonte no apoio à preparação da 15ª Conferência de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a comunicação com as(os) usuárias(os) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na constituição de espaços democráticos e participativos, a partir da construção de “um processo criativo que seja capaz de propor experiências em que as pessoas sintam que podem interferir nos rumos dessa política pública e sentir-se parte da construção de uma história coletiva” (Torres; Ferreira, 2023).

Cabe destacar que, diferente de outros municípios, o lema da conferência de Belo Horizonte em 2023 – “O SUAS tem raça, cor, gênero e classe: não há reconstrução sem participação, diversidade e inclusão” – buscou “ênfatizar a centralidade nos quesitos fundantes que são constitutivos da caracterização das(os) usuárias(os) do SUAS/BH, cujo objetivo foi fomentar a participação, a discussão política e o protagonismo das(os) usuárias(os) do SUAS, além de dar visibilidade a essas temáticas” (Comissão Organizadora da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social; CMAS, 2023, p. 3).

⁵ Assistente social, analista de políticas públicas da Prefeitura de Belo Horizonte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC)/Subsecretaria de Assistência Social (SUASS)/Gerência de Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica (GGSPSB) – Especialização em Política Nacional de Assistência Social, Gestão do SUAS, Trabalho Social com Famílias e Instrumentalidade e Serviço Social.

⁶ Psicóloga, com especialização em Esquizoanálise, Esquizodrama e Análise Institucional: Clínica de Indivíduos, Grupos e Redes e Trabalho Social com Famílias, e analista de políticas públicas da Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte.

Um dos movimentos para combater a desigualdade se relaciona à maneira como nos comunicamos. Segundo Fairclough (2001, p. 91), o discurso é uma prática política e ideológica “que não apenas representa o mundo, mas significa o mundo de forma ativa, constituindo e construindo o mundo em significado”. Portanto, reconhecer no discurso das instituições públicas os desafios dessa comunicação para as(os) usuárias(os), principalmente quando esta gera desigualdade e exclusão social, remete a uma relação entre poder e conhecimento que pode ser utilizada como uma ação de defesa da cidadania, da transformação da vida humana, ou como um elemento de subalternização ou de manutenção da cultura vigente.

Problematizar o alcance da comunicação organizacional teve como foco o engajamento das(os) usuárias(os) na Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte e o fomento do diálogo público com o uso de metodologia participativa para a construção de uma ampla compreensão por parte das(os) cidadãs(ãos) do funcionamento da política de assistência social e do significado do ato de conferir a partir da tradução dos eixos orientadores das discussões.

Nesse sentido, reafirma-se o compromisso ético-político de redução das assimetrias de poder, materializadas em processos de comunicação que impedem a compreensão da política e a participação democrática e cidadã, perpetuadas pelas questões que estruturam as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia. Assim, a partir do sentido de toda a construção da experiência que será relatada, considera-se que esses pontos não são temas transversais, mas estão na centralidade da discussão para a mobilização de racionalidades através do diálogo para sustentação de um debate público nas pré-conferências.

Para que haja participação é fundamental construir ambiência e, para isso, é necessário reconhecer primeiro que não somos todos iguais e, assim, garantir que as pessoas desfrutem das mesmas oportunidades e condições de participação para avaliar a política de assistência social a partir de sua vivência – seja como usuária(o), gestora (gestor) ou trabalhadora(trabalhador) – e a partir de outras informações a que tenha acesso. Dessa forma, a distinção entre igualdade e equidade⁷ é fundamental para tornar as Conferências de fato inclusivas e ampliar a participação na tomada de decisões no processo conferencial.

A proposta foi usar uma metodologia participativa por meio de uma releitura do documento publicado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), o qual teve como objetivo reduzir as assimetrias de poder no campo discursivo da comunicação com a(o) usuária(o) e tornar as informações mais próximas da realidade dos sujeitos com os quais a Proteção Social Básica se vincula e que, por meio da Conferência, podem e devem afetar a política de assistência social.

O esforço foi de tradução dos eixos temáticos da Conferência para uma linguagem acessível, criativa, interativa e participativa, que contasse com recursos lúdicos que auxiliassem a condução das pré-conferências e que

⁷ Enquanto o contraste entre igualdade e diferença se dá no plano do “ser”, o contraste entre *igualdade* e *desigualdade* refere-se quase sempre não a um aspecto “essencial”, mas sim a uma “circunstância”, mesmo que aparentemente ela se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou situações sociais específicas. Além disso, a desigualdade precisa ser considerada sempre em relação a um aspecto qualquer, e podemos referi-la a uma comparação entre dois ou mais indivíduos ou entre grupos sociais. Dois ou mais indivíduos são tratados com igualdade ou desigualdade em relação a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro. Isso pode ocorrer independentemente de serem eles iguais ou diferentes no que se refere ao sexo, à etnia ou à profissão (Barros, 2018).

apoiassem as(os) participantes a identificarem as principais demandas da população no que se refere à política pública de assistência social, para que fossem organizadas em propostas a serem encaminhadas para a Conferência.

Para isso, a partir dos Informes do CMAS-BH com as orientações temáticas e organizativas da Conferência, a equipe debruçou-se sobre os eixos temáticos (financiamento; controle social; articulação entre segmentos, serviços, programas e projetos; e benefício e transferência de renda), buscando correlacioná-los o mais próximo possível da realidade cotidiana, das necessidades e das demandas da população que acessa e está diretamente vinculada ao SUAS. O exercício foi facilitar a apresentação dessas temáticas, de forma a propiciar amplos recursos para as pessoas que coordenariam os grupos nas pré-conferências discutirem de maneira horizontal, dialógica, participativa e simplificada, a fim de possibilitar a atuação democrática e presente de todos as(os) participantes que estariam nas pré-conferências.

É importante promover o processo de compreensão das diferentes formas de ler o mundo e as experiências vividas para as(os) trabalhadoras(es) que fariam a mediação dos trabalhos em grupos no percurso conferencial com as estratégias que partiam do conhecimento já adquirido, considerando suas habilidades e potencialidades que se somariam à tarefa a ser desempenhada. Sendo assim, na etapa preparatória foram realizadas ações de formação para apoiar as(os) trabalhadoras(es) responsáveis pela condução dos grupos de trabalhos nas pré-conferências das nove regionais de Belo Horizonte, num total de 90 trabalhadoras(es) alcançadas(os) nessa ação. Buscou-se oportunizar uma vivência em que as(os) participantes pudessem compreender o sentido da participação com a utilização de um texto que trabalhava os graus de participação, experimentar as estratégias de comunicação

e compreender a necessidade de consubstanciar caminhos, adequando a intervenção à realidade local.

A vivência foi dividida em quatro momentos: o primeiro foi a acolhida das(os) participantes, no qual a proposta era a ambientação para mobilizar as pessoas ali presentes para as discussões que se iniciariam, seguida da apresentação das pessoas por meio de uma dinâmica grupal que permitisse a interação de maneira lúdica e participativa. Destaca-se que, nesse primeiro momento, foram realizados combinados que visavam cuidar da dimensão do respeito às diferenças e que possibilitassem a expressão da fala de todos com o uso de um objeto de fala representado por um guarda-chuva da Proteção, cuja função foi proporcionar um espaço de escuta empática, horizontal e respeitosa.

O segundo momento foi intitulado “Um olhar sobre o território”, no qual a intenção era fazer uma imersão no lugar de pertença e identificar as potencialidades e vulnerabilidades presentes a partir de recursos/materiais como o mapa da regional. Para estimular as discussões foram utilizadas tarjetas com informações e com perguntas norteadoras, tarjetas que indicassem as situações de proteção nos territórios, tais como serviços, programas, projetos, benefícios, e tarjetas que indicassem algumas situações de desproteções sociais que poderiam estar presentes naquele mesmo espaço de vivência, como a violência, o racismo, as discriminações e preconceitos, dentre outras violações de direitos e vulnerabilidades sociais.

No terceiro momento, chamado de “Aprofundamento do tema”, a vivência foi conduzida para o detalhamento dos respectivos eixos da Conferência, o que representou um grande desafio para a equipe da Coordenação dos Serviços da Proteção Social Básica, já que foi necessária a tradução desses eixos por meio de perguntas norteadoras

que, apesar de serem bem elaboradas, eram de fácil compreensão, especialmente para as(os) delegadas(os) que estariam representando as(os) usuárias(os) e demais segmentos na Conferência.

O quarto momento foi utilizado para tirar dúvidas objetivas sobre o funcionamento do processo conferencial.

Outro destaque importante foi o respeito ao processo realizado pelas(os) trabalhadoras(es) nos encontros preparatórios com as(os) usuárias(os), assim como o cuidado em fomentar a inspiração para fazer os encontros mais participativos e dialogados e na tradução de cada etapa com a acolhida e ambiência favorável para escutar as pessoas de modo a engajar as(os) responsáveis pelos grupos a conduzir de forma semelhante. Assim, buscou-se, desde o primeiro momento da vivência, cuidar da acolhida das(os) trabalhadoras(es), valorizando todo o percurso por eles já realizado junto às(aos) usuárias(os) em seus territórios, assim como as informações produzidas no percurso conferencial, as vivências e entrecruzamento das questões centrais de raça, cor, gênero e classe, que transversalizam o cotidiano não só de trabalho no SUAS, mas que incidem sobre sua própria vida. Cuidou-se, ainda, para garantir que a metodologia propiciasse o maior grau possível de participação, autonomia e envolvimento, de modo a contribuir para as conduções que elas(es) fariam nos grupos como coordenadoras(es) nas pré-conferências regionais.

Conclusão

Ao mudar o lugar de construção de saberes, colocando a(o) usuária(o) na centralidade do processo, identificamos que a vivência dos encontros proporcionou a antecipação

de situações que poderiam aparecer durante as pré-conferências e a criação de condições para que houvesse uma conexão e para que fizesse sentido para todas(os) as(os) participantes acerca das questões que seriam apresentadas e debatidas. Além desse ponto, o método favoreceu as discussões e o protagonismo das(os) participantes, dando visibilidade aos eixos relacionados às temáticas cor, raça, gênero e classe que estruturam nossa sociedade, nosso modo de ser e agir e que demandam de cada uma(um) e do coletivo descortinar as manifestações de desigualdade, preconceito e exclusão.

Dessa forma, construir estratégias participativas que traduzissem a temática da Conferência foi fundamental para que trabalhadoras(es) e gestoras(es) pudessem se reconhecer e também reconhecer a importância da “escutatória”, “que, na práxis, representa e perpassa o processo de aprendizagem, mediante o domínio e o manuseio de certa variedade de métodos e técnicas de atendimento, o planejamento e a estruturação de suas ações e, sobretudo, o atender com calor no coração” (Brito; Aguiar, 2019), durante todo o processo conferencial.

A proposta da vivência impactou significativamente, conforme as avaliações realizadas ao final do encontro, por estimular a criatividade, a motivação e um maior engajamento no processo do trabalho proposto nas pré-conferências, já que, como bem nos ensinou essa experiência, não há reconstrução sem participação. Registra-se, por fim, que os retornos e partilhas dos encontros regionais realizados, nos quais as técnicas foram replicadas junto às(aos) usuárias(os), destacaram o reconhecimento e a importância desta experiência no processo de formação continuada, assim como no processo de fomento à participação popular em espaços estratégicos de construção e reconstrução do SUAS.

Espera-se que esse processo participativo nos espaços de controle social possa contribuir para ampliar a participação nos espaços/atividades coletivas dos CRAS, das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS), dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e das reuniões comunitárias, assim como para o desenvolvimento do processo dialógico com as(os) usuárias(os) do SUAS.

Compreender o sentido dessa política numa perspectiva crítica, contextualizada e integral contribui para a construção de práticas sociais emancipatórias, condição para o engajamento e luta por condições dignas de sobrevivência e acesso a direitos para todas(os) aquelas(es) que necessitam da Política de Assistência Social.

Referências

BARROS, J. D. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230093, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230093>. Acesso em: 25 jul. 23.

BRITO, M. I. de L.; AGUIAR, L. dos S. A formação do ouvidor-educador e seus desafios. **Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman**, Brasília, DF, ano 2, n. 2, p. 109-129, 2019. Disponível em: https://ouvidoria.unb.br/images/ABO_2019_-_a_formao_do_ouvidor-educador_e_seus_desafios_-_publicado_-_doi.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE. **Informe CMAS 01/2023**: orientações temáticas e organizativas – 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Belo Horizonte: CMAS, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2023/informe-001-da-comissao-organizadora-15a-conferencia-17-04-2023.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

TORRES, A. S.; FERREIRA, S. **Conferências SUAS 2023**: um jeito participativo de fazer. São Paulo: Vira e Mexe, 2023. Capacitação virtual.

7. Articulando a Vila: uma experiência do trabalho social com famílias e comunidade no CRAS

Taiane Queithe da Silva Faustino¹

O trabalho com grupos no âmbito da assistência social: direcionamento metodológico

As abordagens teórico-metodológicas referenciadas pela prática educativa para o trabalho social com famílias no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sugerem em suas orientações, disponibilizadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a pedagogia da problematização debatida por Paulo Freire como um instrumento válido a ser aplicado na educação popular, bem como a pesquisa-ação, desenvolvida junto aos indivíduos ou grupos que fazem parte do problema a ser observado (Brasil, 2004).

As classes subalternas² (Yazbek, 2009), na maior parte das vezes, também não acreditam que são capazes de aprender

¹ Analista de políticas públicas na Prefeitura de Belo Horizonte (MG), técnica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social Vila Senhor dos Passos – CRAS VSP (2011 a 2017) e coordenadora do CRAS VSP (ano de 2017/interina e 08/2018 a março de 2023/processo seletivo interno). Atualmente, coordena os programas e projetos socioassistenciais no SUAS-BH. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² A autora apresenta a categoria “subalterno” para nomear as classes que se inserem como usuárias das políticas sociais. A subalternidade, segundo a autora, diz respeito à ausência de poder de decisão. Subalternidade tem relação com o mundo dos dominados, submetidos à exclusão social, econômica e política.

por si mesmas, ou seja, não se julgam competentes o suficiente para produzir um pensamento crítico em relação à sua realidade e ao que lhe é apresentado; e a(o) educadora(educador) – profissionais do SUAS e demais políticas públicas –, em vez de provocar o pensamento reflexivo e desafiar os sujeitos a usarem sua própria inteligência, se limita a transmitir o que ele sabe, talvez pelo simples fato de se julgar incapaz de repassar o que não é de seu conhecimento. As abordagens teórico-metodológicas referenciadas pela prática educativa para o trabalho social com famílias no SUAS estão preconizadas em orientações técnicas e normativas (Brasil, 2012, 2016):

De modo a contribuir na busca de abordagens metodológicas para o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, serão apresentadas duas abordagens metodológicas: a) Pedagogia Problematicadora, de Paulo Freire e b) Pesquisa-Ação. A escolha de tais abordagens deve-se à sua adaptação ao desenvolvimento do trabalho social, bem como por conter elementos que coadunam com os objetivos do PAIF (Brasil, 2012, p. 88).

Considerando que o pressuposto da pedagogia da problematização é o constante ato de desvelamento da realidade, mediado pelo diálogo, é possível nesse processo reconhecer mulheres e homens como seres históricos e, por este motivo, capazes de lutar contra a opressão. É por meio dessa problematização que a pedagogia freiriana questiona e debate a concepção de um sistema no qual “não há nada que se possa fazer” para, assim, romper com as práticas assistencialistas e de subalternidade. Os propósitos são executar Trabalho Social com Famílias (TSF) através de ações que estimulem a participação das famílias e seus membros a refletirem sobre suas condições de vida, valorizem seus saberes

e propiciem uma visão crítica do território, permitindo-lhes o reconhecimento do dever estatal de assegurar seus direitos, possibilitando vivências de experiências que fortaleçam suas potencialidades e, assim, auxiliem o processo de conquista de cidadania e emancipação.

Para promover essa dinâmica, os documentos do SUAS para o TSF apontam que para executar uma pedagogia problematizadora, pensada por Paulo Freire, é necessária uma relação horizontal/dialógica entre profissionais e usuáries(os) dos serviços, baseada na igualdade entre o saber técnico e o das classes subalternas. Destacam que a principal ferramenta é a escuta: “[...] é preciso saber escutar [...]” (Brasil, 2012), considerar as famílias portadoras de saberes anteriormente adquiridos e protagonistas de sua própria história. O TSF tem, em sua abordagem metodológica, orientações diversas de práticas pedagógicas emancipatórias para a promoção de ações protagonicas que são executadas pelos sujeitos do SUAS.

O Trabalho Social com Famílias e Comunidade na modalidade grupal no território do CRAS Vila Senhor dos Passos – “Buraco Quente”³

A oficina com famílias, com ênfase na reflexão intitulada “Articulando a Vila”⁴, teve como motivo da ação

³ O CRAS VSP, anteriormente Núcleo de Apoio à Família (NAF), foi inaugurado em 15 de junho de 2002, sendo o primeiro CRAS a ser implantado na Regional Noroeste no município de Belo Horizonte (MG).

⁴ O trabalho aqui apresentado foi realizado em parceria com o Coletivo Articulando Redes, estratégia realizada pela coordenação do CRAS diante da insuficiência de equipe técnica completa conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) para CRAS em metrópoles. Neste cenário, a ação envolveu diretamente a coordenadora do CRAS no planejamento e na execução da atividade do PAIF.

integrar as(os) moradoras(es), uma vez que a comunidade da Vila estava em processo de reorganização de suas(seus) representantes, e uma das propostas era revitalizar espaços públicos da comunidade, instituir uma associação de moradores, “criar” atividades para crianças e jovens, entre outras demandas que a comunidade apresentava ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Nesta perspectiva, considera-se que a função da Proteção Social Básica é estimular a identificação das vulnerabilidades e dos recursos do território e seus impactos na vida das famílias, promovendo a reflexão sobre a realidade vivenciada, o fortalecimento das redes sociais de apoio, a identificação das articulações intersetoriais necessárias e a mobilização para a potencialização da rede de proteção social do território. Por isso, foi planejada esta oficina de reflexão, que se desdobrou em uma oficina de ação para realizar um mapa falado (desenho representativo do território), construído pela comunidade, apontando a rede de serviços, programas e projetos da rede pública, assim como outros parceiros existentes no território, que correspondam aos direitos por eles assegurados e aqueles que estão ausentes. Tal processo almejava visualizar a rede de proteção social presente no território e estimular a mobilização das famílias para a garantia dos seus direitos e o fortalecimento das potencialidades e vínculos comunitários.

As ações propostas tinham o intuito de contribuir para a construção de novos conhecimentos; favorecer o diálogo e o convívio com as diferenças; problematizar as incidências de risco e vulnerabilidade no território; estimular a capacidade de participação, comunicação, negociação, tomada de decisões; estabelecer espaços de difusão de informação; e reconhecer o papel de transformação social dos sujeitos.

Conforme preconiza o SUAS, o objetivo desta oficina de reflexão é proporcionar e melhorar a convivência social e grupal, fomentando os laços sociais e o protagonismo do indivíduo. Esperava-se contribuir para a mudança na forma de encarar a realidade através de reflexões que favoreçam, principalmente, o fortalecimento comunitário; promovam o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento das habilidades de negociação e mobilização, com vistas ao exercício do protagonismo e autonomia; fomentem a reflexão sobre a importância e os meios de participação social, inclusive por meio do estímulo à participação nas atividades de planejamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), bem como em espaços públicos de consulta popular e/ou deliberativos (comitês, conselhos, associações) para a garantia dos direitos e o exercício da cidadania.

Cabe destacar que as atividades do PAIF devem ser executadas diretamente pelo técnico de nível superior, mas estes podem ter apoio técnico de outros profissionais de diversas áreas (o que chamamos deicineiros, neste texto). Sendo assim, para esta atividade planejamos a execução com apoio técnico. A coordenação criou a estratégia de, em vez de contratar um icineiro para apoiar a atividade coletiva, contratar o Coletivo Articulando Redes⁵, no intuito de ter a expertise de um coletivo na condução deste grupo.

A atividade foi proposta para um público de 20 a 25 pessoas atendidas pelo PAIF e moradoras da Vila Senhor dos

⁵ Este coletivo é oriundo do projeto que foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e pela Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e objetiva desenvolver ações por meio de metodologias participativas que contribuam para o fortalecimento e articulação de redes comunitárias. As ações de extensão deste projeto foram realizadas em três comunidades de Belo Horizonte (MG): Lajedo, São Gabriel e Vila Cemig. Em janeiro de 2019, este projeto de extensão foi finalizado e o grupo passou a ser um Coletivo.

Passos/“Buraco Quente”. A metodologia propôs oito oficinas com encontros periódicos a serem definidos pelos participantes, que optaram pela temporalidade de reuniões quinzenais no ano de 2019, com duração de quatro meses. Durante o processo, o fortalecimento de vínculos e a articulação comunitária foram se concretizando ao longo dos encontros e ainda permanecem no território. A metodologia adotada pelo CRAS, em conjunto com o Coletivo, foi a de mapear as demandas dos moradores através de técnicas que enfatizaram as potências locais e articularam a rede comunitária e socioassistencial. Tivemos como resultado um grupo operativo que se fortaleceu, propôs ações novas e firmou parcerias com frentes de atuações já existentes no território através da ideia de fortalecimento de rede seguindo a metodologia de processos grupais e comunitários: “Eu – Eu no grupo – o Grupo – o Território – o Grupo no Território – as Potencialidades Grupais – as Identidades Coletivas – e o Território em Rede”.

O percurso percorrido se iniciou com um convite para participar de um grupo que visa contribuir para um espaço que possibilite o fortalecimento de vínculos, a percepção de diversas identidades e do sentimento de pertencimento comunitário através de afetos. A primeira técnica utilizada, a criação de uma linha do tempo, possibilitou pensar como fundamentação a ideia de reconhecer sua história no tempo, naquele território, em como suas experiências impactaram no desenvolvimento histórico do local onde vivem e criam vínculos. No segundo encontro, montamos em conjunto uma árvore grupal que propunha o estabelecimento do grupo, através de combinados, do reconhecimento de suas próprias potencialidades e as da comunidade de forma geral, a fim de mapear os atores sociais reconhecidos pelas(os) moradoras(es). Na terceira oficina, trabalhamos os sentimentos de grupo em si, características semelhantes e diferentes e em

como conviver com respeito e harmonia dentro de um grupo e o que é importante para concretizar ideias e projetos da comunidade. Essa é a parte onde a noção do “Eu – Eu no Grupo – o Grupo” se estabelece, e, a partir disso, pensamos o quarto, quinto e sexto encontros enfatizando “o Território – o Grupo no Território – as Potencialidades Grupais”.

A quarta oficina teve como principal técnica a confecção de um mapa falado, em que as(os) participantes do grupo apontaram os limites geográficos da Vila Senhor dos Passos e expressaram seus sentimentos de pertencimento e de reconhecimento no território. Foi desenhado um mapa cheio de becos, vielas, nomes novos e antigos dos mesmos locais, as diferenças históricas ocorridas na comunidade, os equipamentos das políticas públicas inseridas naquele espaço e os mais variados comércios, casas de compadres e as suas próprias, praças e locais de expressão das religiosidades. Para seguir este encontro pensamos em formalizar as pessoas – e suas disponibilidades, histórias, desejos e afetos – através da apresentação de uma síntese de demandas deste grupo, que foram: a “Juventude”, o “Muro de trocas”, o “Resgate da memória” e os “Grupos com mulheres/cultura”. Na sexta oficina oficializamos as demandas, as possibilidades e os compromissos individuais, coletivos e dos equipamentos de políticas públicas com relação aos anseios da comunidade e às potencialidades locais. Com isso, seguimos para os sétimo e oitavo encontros, baseados nas “Identidades Coletivas” e o “Território em Rede”.

Com os temas norteadores definidos, o grupo optou como forma de ação a realização da sétima oficina na Pracinha do Buraco Quente, tendo como foco principal as juventudes que vivem e transitam no território. É importante salientar que toda construção do processo

partiu da finalidade de mobilizar e ouvir as demandas de jovens com o objetivo de propor ações de continuidade. No processo de organização para este encontro, destaca-se como base a iniciativa comunitária de moradoras(es) que assumiram grande parte das demandas, percebendo um processo de envolvimento e autonomia para tomada de decisões. A oficina de ação na pracinha contou com a participação da rede como um todo, tendo representantes moradoras(es) (participantes ou não do grupo do PAIF), dos equipamentos das políticas públicas, de voluntárias(os), de jovens e de projetos sociais locais. Durante a ação se observou um forte envolvimento e interação da vila, todas(os) ali presentes, através das oficinas itinerantes e apresentação artística das(os) próprias(os) moradoras(es), sendo motivo para celebrar as demandas recolhidas, cumprindo as expectativas.

No oitavo encontro foi o momento de avaliar e firmar os próximos passos, começando com a apresentação de um vídeo⁶ feito e editado por jovens da ocupação Pátria Livre a respeito do sétimo encontro. Foram lembrados ao grupo todo o processo vivenciado durante os quatro meses, e foram firmadas as ações internas que o CRAS passou a ofertar, contribuir e/ou participar. Igualmente foram criadas frentes de ações comunitárias para dar continuidade em projetos existentes, e, a partir disso, a comunidade forjou com o CRAS acordos para novos projetos, entre eles oficinas audiovisuais, reabertura do telecentro, grupos de bordado e “Mostra da comunidade: Talentos da Vila⁷”. Essa ação fomentada pelas(os) moradoras(es) com apoio do CRAS

⁶ Link do vídeo disponível em: <https://youtu.be/iSksB7qr8bU>.

⁷ O evento Talentos da Vila era organizado pela comunidade, que convidava seus “Talentos” a se apresentarem no que estamos chamando de “palco aberto”. Este evento foi uma oportunidade de o CRAS traduzir e debater junto à comunidade o seu papel no território enquanto um equipamento de proteção social.

visou apresentar ações concretas de melhorias na comunidade, estimular a cultura, troca de experiências e exposição de saberes e produtos advindos de ações locais.

Figura 1 – Sistematização dos oito encontros



Fonte: Elaboração própria.

Como forma de dar continuidade às ações que fortalecem e dialogam efetivamente com as(os) jovens do território, alçou-se a proposta de realizar quatro oficinas com “jovens protagonistas”. Essas oficinas se baseavam fundamentalmente na construção, junto com as(os) jovens, de formas de mobilização, acolhimento, escuta e produção de eventos que possam reafirmar as identidades e histórias que se contam na Vila, além do objetivo de estabelecer vínculos e afetos a partir das demandas que elas(eles) trazem atreladas ao que já é produzido na comunidade.

Cabe registrar que vínculo comunitário pautado em ações protetivas potencializa e fomenta relações protetivas

no território. Além disso, dá visibilidade para temas que anteriormente as(os) moradoras(es) identificavam no território, mas não dialogavam sobre, fazendo com que passassem a demandar a atuação do CRAS. Por exemplo, as campanhas de enfrentamento contra o Trabalho Infantil e Exploração Sexual, Não é Não (enfretamento da Violência Contra Mulher), antes mobilizadas pelo CRAS, passaram a ser requisitadas pelas(os) moradoras(es). O CRAS é que passou a ser convidado/mobilizado para levar pautas para os eventos comunitários. Outro desdobramento dessa ação é o reconhecimento dos talentos das pessoas desse território que reforça a importância de identidade, pertencimento e autonomia, tão próprios da Política de Assistência Social⁸.

Considerações finais

Podemos perceber com essa experiência a importância do olhar ampliado, coletivo, interdisciplinar e intersetorial. Pudemos verificar como a construção de práticas coletivas de forma democrática, respeitando os diversos saberes e utilizando linguagens e expressões diferentes, faz a diferença na ação comunitária. Aprendemos a valorizar mais os processos e a construção coletiva do que os produtos em si mesmo. Dessa forma, não existia uma receita nem um plano muito fechado do que seria feito. Existiam objetivos, metas e rumo. Mas o processo, as questões surgidas, as mobilizações e principalmente a abertura e confiança da equipe fizeram com que o processo fluísse de forma mais coerente e horizontal. Assim, aprendemos que o fortalecimento de

⁸ Vídeo produzido pela juventude do território, que foi remunerada através de recurso do Apoio ao PAIF para coletar dados durante o Evento da Festa da Família e Comunidade realizada em 12 de dezembro de 2019, cujo tema foi: O CRAS que eu quero. Disponível em: <https://youtu.be/5y83cYvk0vs9>.

vínculos e a convivência são também fatores fundamentais no trabalho da equipe.

A experiência nos mostrou, ainda, como o fortalecimento de vínculos comunitários está diretamente ligado à proteção das famílias. Percebe-se que uma comunidade fortalecida e articulada, que trabalha de forma coletiva e potencializa seus saberes e ações implica famílias mais bem atendidas e protegidas, ressaltando e valorizando a dimensão da prevenção proposta ao CRAS, a segurança de autonomia e potencializando o desenvolvimento das potencialidades e aquisições próprias do território do CRAS Vila Senhor dos Passos, conforme preconiza o SUAS.

O planejamento, a execução e o monitoramento de atividades coletivas emancipatórias no SUAS e em outras políticas públicas não é um processo harmonioso, não há sempre público ou quórum para reunião. Não tem receita. Mas as diretrizes que o norteiam precisam de constantes avaliações (forma da linguagem, mobilização, acolhida, escuta) para que a ação não siga os moldes do conservadorismo. É necessária uma construção coletiva com os sujeitos, é necessário convocar vontades da comunidade, e não do Serviço!

Ações coletivas do SUAS são a todo instante permeadas pela estrutura e dinâmica de vida das pessoas e famílias nos territórios, sendo afetada pela realidade social vivenciada nas favelas do país, como intensificação de disputas de tráfico de drogas locais, a presença de representantes comunitários, agentes públicos das distintas políticas públicas ou sua ausência, fenômenos da natureza que repercutem na vida das(os) usuárias(os), pandemias, entre outros fenômenos territoriais.

É necessário reconhecer que o território é vivo e dinâmico. É necessário ampliar o olhar de um território vulnerável, que

é visto pelas mídias e sociedade como marginalizado, degradante, escasso e violento, para outra perspectiva, realizando o deslocamento que é um espaço de inúmeras possibilidades de potencialidades dos indivíduos, das famílias e da comunidade que possibilitam relações protetivas, ampliam a autonomia, fortalecem o reconhecimento de identidade, ressignificam e/ou transformam trajetórias.

As atividades coletivas das quais as(os) usuárias(os) do SUAS são protagonistas potencializam estes a se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos, amplia o reconhecimento da cidadania num movimento relacional que não se expressa pela compaixão, caridade, mas no viés do reconhecimento dos direitos, por meio de um movimento de rupturas do viés dos direitos individuais para os direitos coletivos. Assim, materializa-se, dando concretude ao fortalecimento de vínculo familiar e comunitário e à ampliação de proteção social, tão próprio da Assistência Social enquanto política pública.

Neste sentido, de acordo com as contribuições de Paulo Freire, este trabalho em grupo/atividade coletiva permitiu reconhecer o mesmo valor dos conhecimentos acadêmicos (apresentados pelos profissionais do CRAS, do Coletivo Articulando, dos equipamentos do território) e da experiência vivida (famílias e comunidades); ambos os saberes foram colocados diante da finalidade de aprendizado e da proteção às famílias, à comunidade e ao território. É possível reconhecer esse processo como práticas emancipatórias nas quais usuárias(os) e profissionais são sujeitos de conhecimentos e de direitos, possibilitando a aquisição de novos saberes e ampliando a autonomia da comunidade, o fortalecimento de vínculos comunitários e, conseqüentemente, a construção coletiva de proteção social às famílias desse território.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Brasília, DF: MDS, 2012. v. 2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na política de assistência social**. Brasília, DF: MDS, 2016.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2009.



